

História dos Municípios Paraibanos

Volume IV
2016



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

Barra de Santana
Gláucia de Souza Freire
Joabe Barbosa Aguiar

Lastro
Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmiento

Marizópolis
Maria Edvaneide Q. da Silva

São João do Rio Do Peixe
Rivaldo Amador de Sousa

ISBN 978-858001182-1



9 788580 011821

História dos Municípios Paraibanos

Volume IV

Antonio Clarindo Barbosa de Souza (Org.)

História dos Municípios Paraibanos

Volume IV

Autores

Gláucia de Souza Freire

Joabe Barbosa Aguiar

Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmiento

Maria Edvaneide Q. da Silva

Rivaldo Amador de Sousa



Campina Grande – PB

2016

© dos autores e organizadores
Todos os direitos desta edição reservados à EDUFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S729h História dos municípios paraibanos / Antônio Clarindo de Souza
(organizador). – Campina Grande : EDUFCG, 2016.
v. IV

ISBN 978-85-8001-182-1

1. História – Paraíba. 2. Municípios Paraibanos. I. Souza, Antônio
Clarindo de. II. Título.

CDU 94(813.3)

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr José Edilson Amorim
Reitor

Prof. Vicemário Simões
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Yasmine Lima
Editoração Eletrônica

Akika Yumi
Capa

CONSELHO EDITORIAL

Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Consuelo Padilha Vilar (CCBS)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

LISTA DE IMAGENS

Capítulo 1:

Imagem 1: Vista frontal atual (2013) da Igreja de Nossa Senhora Santana. Ao lado esquerdo, onde era o cemitério, está em vias de acabamento a Casa Paroquial, construída com o objetivo de transformar a Área Pastoral em Paróquia. Imagem: acervo dos autores.....24

Capítulo 2:

Imagem 1: Mapa do estado da Paraíba a cidade de Lastro fica a 458 km da capital do estado João Pessoa. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/fotos/4974/Lastro-pb.html>> Acesso em: 15 jan. 2013.....45

Imagem 2: Foto do coronel Manoel Gonçalves e sua esposa Nestorina Abrantes. Disponível em: <<http://tokdehistoria.files.wordpress.com/2011/08/digitalizar0015-cc3b3pia.jpg>> Acesso em: 17 jan. 2013. ...47

Imagem 3: Imagem de São Sebastião sobre os altares da igreja católica de Lastro. Foto tirada em 2012 na missa de abertura das solenidades da festa do padroeiro.....48

Capítulo 3:

Imagem 1: Igreja Católico-Antiga69

Capítulo 4:

Imagem1: Igreja Matriz N. S. do Rosário e o seu antigo cruzeiro destruído alguns anos depois. Imagem de 1924. (Fonte: Acervo da Sra. Neuminha, São J. R. do Peixe - PB)85

Imagem 2: Praça da Matriz, aproximadamente em 1957. (Fonte: Acervo da senhora Selma Pires, São João do Rio do Peixe-PB)87

Imagem 03: Evento religioso ocorrido nos anos 1950. Ao fundo a estação ferroviária. Na margem direita a passagem do trem. (Fonte: Acervo do Sr. Antonio Nogueira. São J. R. do Peixe-PB)92

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

BODOCONGÓS E SANTANAS EM MEMÓRIAS: UM OLHAR SOBRE NARRATIVAS HISTÓRICAS DE BARRA DE SANTANA(PB)	13
Da localização <i>ou</i> “um centro de apoio”	13
Faces culturais: fronteiras e interpenetrações	19
Crenças	21
Fogo de Ageu	22
<i>Santa Ana</i>	24
“Fontes de renda e de vida”: traços econômicos	26
Nas tessituras da política	30
<i>No grito, nas urnas e na bala: a juremada fracassada</i>	32
<i>A volta de um antigo sonho</i>	34
Os primeiros pleitos de um distrito emancipado	35
Dos símbolos e das marcas	38
Fontes e Referências	39
Fontes Orais.....	41

CAPÍTULO 2

LASTRO PEQUENA CIDADE, GRANDE HISTÓRIA	45
Fontes e Referências	55

CAPÍTULO 3

UMA HISTÓRIA DE MARIZÓPOLIS	61
Origem do distrito/município:.....	61
Os limites Geográficos;	64
Aspectos Econômicos;	65
Atividades sociais e culturais	66
Atividades religiosas	67
Educação e saúde;	69
Símbolos oficiais do município;.....	71
Fontes e Referências	73
Colaboradores	73

CAPÍTULO 4

ENTRE O RIO E O SANTO: UMA CIDADE	79
Por novos caminhos	79
Apresentação	79
Entre colonizadores e nativos: quem fica com as terras?	80
O rio e o santo: nasce a cidade, pelas mãos de quem?	81
Em movimento: as primeiras ruas e as constantes reconfigurações	84
e ressignificações do espaço urbano.....	84
Os equipamentos urbanos: novas sensibilidades e sociabilidades?	88
A estrada de ferro e o algodão	90
Entre crenças e práticas de cura	93
O rio e a cidade: inseparáveis	95
Fontes e Referências.....	97



BARRA DE SANTANA

CAPÍTULO 1



HINO MUNICIPAL DE BARRA DE SANTANA

Letra: Vadeilson José Bezerra Costa

Música: Sebastião Gonçalves da Silva

Encontramos nas tuas origens
De escravos e desbravadores
De caboclos e tribos indígenas
A herança de grandes valores.

Onde os índios fizeram parada
A natureza criou um altar
Escrituras antigas registam
Teus anseios para prosperar.

Fostes vila, um centro de apoio,
Pela sua localização,
O teu prêmio foi a liberdade
Do teu povo, teu céu e teu chão.

Barra de Santana leito onde habita
És a musa que inspira paz e poesia
Barra de Santana leito onde habita
Alegria, paz, amor e poesia.

Suas fontes de renda e de vida
Pecuária a agricultura
Na junção de passado e presente
Tua História exala cultura.

A caatinga é a tua flora
Pra tua fauna o mais belo rincão.
Paraíba e Bodocongó:
São os rios que cortam teu chão.

Hoje tens pequenina rainha
No teu povo a tua grandeza,
Desta forma as grandes conquistas
Irão vir, por amor, com certeza.

Barra de Santana leito onde habita
És a musa que inspira paz e poesia
Barra de Santana leito onde habita
Alegria, paz, amor e poesia.

Bodocongós e Santanas em Memórias: um olhar sobre Narrativas Históricas de Barra de Santana(PB)

Para Vital Farias de Arruda

Gláucia de Souza Freire¹

Joabe Barbosa Aguiar²

Da localização ou “um centro de apoio”

Pela BR 104, em solo paraibano, o viajante que está próximo à divisa com o estado de Pernambuco, acostuma seu olhar à vegetação de caatinga, cinzenta durante a maior parte do ano, mas que se pinta de verde nos períodos chuvosos, entre março e agosto. À altura do quilômetro 163, nota uma estátua branca, enfeite entre os cactáceos e os caules finos das catingueiras, juremas e algarobas. A estátua ergue-se em um outeiro, destaque diante da depressão do leito do rio Paraíba. Um observador mais atento identifica-a: Sant’Ana, avó de Maria, mãe de Cristo, segundo a tradição católica. A devoção é explicitada pelo nome da cidade, emancipada em 1994 com o título de Barra de Santana e que se constitui há séculos como ponto de pouso no caso de longas viagens, desde os tempos da colonização portuguesa na região do Cariri de Fora. Ali, onde tantos sertanistas pernoitaram entre os fins do século XVII e início do XIX, encontrando fartura de água e caça, que eram antes usufruídos por povos indígenas nos tempos que o rio Paraíba corria em torno de cinco meses por ano.

Aquele trecho da rodovia corta o município de Barra de Santana, situado na mesorregião da Borborema e na microrregião do Cariri Oriental, ao mesmo tempo em que permite o acesso a cidades que se fizeram necessárias no âmbito das relações econômicas e de serviços, sendo o caso de Campina Grande, Queimadas e Boqueirão. O município limita-se ao norte com Caturité e Queimadas, ao sul com Santa Cecília, Alcantil e Riacho de Santo Antonio, a leste com Gado Bravo e a oeste com Boqueirão. Com uma população de 8.198 habitantes, segundo dados do IBGE (2010), Barra de Santana tem uma área de aproximadamente 370 km², sendo a maior parte dela constituída por comunidades rurais, o que impacta em sua economia. Esta é baseada na agricultura e na pecuária, tendo a produção de leite o maior enlevo neste aspecto, o

1 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

2 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

que também pode ser facilmente percebido pelos visitantes, tendo em vista as duas fábricas de derivados do leite da cidade se localizarem junto às margens da rodovia. Esses fatores acabam por se fixar na identidade dos barrasantanenses, tornando-se símbolos para os mesmos, significações de suas práticas cotidianas que ultrapassam a necessidade de sobrevivência e sustento.

Registros escritos acerca da colonização dessas terras eram abrigados por órgãos públicos de Cabaceiras – a quem Barra de Santana pertenceu antes da emancipação de Boqueirão e da sua própria – mas foram destruídos pela Revolta do Quebra-Quilos (1874-1875). Foram consultados os arquivos da Câmara Municipal Casa Venesiano Araújo do Rêgo, da Prefeitura Municipal e do Cartório Serviços Notariais e de Registros “Serventia Elias Farias”. Epaminondas Câmara registrou direta ou indiretamente alguns dados acerca da história de Barra de Santana, assim como os memorialistas Severino Barbosa da Silva Filho e Vital Farias de Arruda.

Assim como os contatos e as conversas se fazem necessárias entre os viajantes e os filhos da terra, escrever uma parte das histórias de Barra de Santana também implica esses diálogos, da delimitação dos objetos de análise às narrativas para a escrita. Perpassamos, portanto, histórias de Cabaceiras, de Boqueirão, de Campina Grande, lugares que ajudaram e ajudam a costurar certas faces da cidade, deixando entrever uma rede que o município ajuda a tecer. Tomando por base a História Oral, transitamos por comunidades rurais do município e pela “sede”, em busca do que tanto barrasantanenses nascidos como acolhidos tinham a dizer sobre costumes, crenças, políticas, memórias que são praticadas, que são sentidas e são tomadas como coletivas, compartilhadas por nossos colaboradores, que serão citados no decorrer do texto, mas a quem devemos agradecer desde agora, tradutores e traduções eles próprios, dessas identificações.

A partir dessas lembranças do passado, procuramos tecer representações sobre o que dele nos era narrado, mas intercalando falas e problematizando a construção de traços identitários que se erguem, desde a festa da padroeira, Sant’Ana, até os símbolos oficiais em menor grau, passando pela produção leiteira, por exemplo, desde os pequenos currais. Essa edificação ocorre menos como forma dos habitantes se ufanarem ou enlevarem a cidade e mais como liga para a comunidade em geral e para certos grupos. O sentimento de pertença está mais próximo a esses do que ao nome do município. Há um distanciamento que muitos habitantes da zona rural guardam com relação à “sede”, caracterizada pela incipiente urbanização, sendo corrente, nos dizeres cotidianos, quando de alguma referência a esse núcleo urbano, a expressão “vamos a Barra”, como se não houvesse uma ligação prática ao município, visto não apenas a recente emancipação política com relação a Boqueirão (para onde

se destinam mensalmente a maior parte dos aposentados, em busca das transações bancárias básicas, mesmo quando Barra de Santana dispunha deste serviço), mas a escassa disponibilidade de serviços em geral, do tratamento médico ao comércio.

Atualmente, a festa da padroeira, tanto a “sagrada” quanto a “profana”, social, está conseguindo despertar essa aproximação identitária entre as localidades do município, de população maciçamente católica. A liga maior, o que desperta um sentimento de identificação entre cidadãos de todo o município se dá no período das eleições municipais, sendo todo o processo caracterizado como “evento”, como “espetáculo”, desde os comícios durante as campanhas até às comemorações dos vitoriosos. Nesses momentos, o nome de Barra de Santana ecoa por todo o recorte geográfico, assim como o sentimento de pertencimento.

Das (re)configurações territoriais e (re)nomeações

“A nomeação, além disso, equivale a tomar posse.”

Tzvetan Todorov. In: *A conquista da América*, p. 40.

Era dia de pastoreio quando o recém-chegado para as atividades de pecuária resolve demandar atividades para seus ajudantes. Sua criação se adaptava bem à região próxima ao leito do rio Paraíba, onde se situaria a povoação de Bodocongó (atual Barra de Santana). Ali, devido aos muitos poços que se formavam, alguns mesmo durante a seca, os primeiros criadores deixavam o gado solto, para usufruírem da fartura de água e comida. Seria inocência pensar que um lugar assim privilegiado, por não ser habitado, seria desconhecido pelos povos indígenas que transitavam e se fixavam pelas serras vizinhas (como a atual Serra de Inácio Pereira, há poucos quilômetros da sede do município). Estes povos, acostumados à caça, ao virem o aumento da fauna local, atentaram para as vantagens em acossar animais como bois e vacas: mansos e fartos de carne. Cerca de quatro desses indígenas acabavam de tirar o couro de uma novilha, quando são avistados pelos criadores do gado que não hesitam: aproximam-se rapidamente e, montados a cavalo e usando das macacas que usariam para tanger o gado, conseguem dispersar os caçadores. No dia seguinte, o recém-chegado se dirige ao mesmo lugar, dessa vez sozinho, para passar vista pelas terras. Quando se dá conta da armadilha na qual caíra: rodeado por índios que voltaram para revidar o ataque sofrido. Consegue sair a galopes de cavalo, este ainda sendo agarrado em pleno trote por dois indígenas, mas o acabam soltando. Essa história foi narrada por Antônio Gomes de Aquino, que completa: “Foram os desafios dos primeiros sesmeiros [...], isso é conversa do Docha que morou na Barra” (AQUINO, 2013), em referência a

uma das narrativas perpassadas oralmente acerca dos primeiros colonizadores a se apossarem das terras da ribeira do Paraíba, na altura da barra do Bodocongó.

A presença indígena é evidente na região dos Cariris Velhos, o que se pode notar pelos registros rupestres espalhados pelos sítios arqueológicos. Estudos desenvolvidos pela Sociedade Paraibana de Arqueologia demonstram que existe um complexo formado por nove sítios na região de Barra de Santana, sendo que o principal deles está localizado às margens do rio Paraíba, próximo à sede do município, sendo denominado de “Pedra do Altar”, tendo em vista sua aparência. Na década de 1970, o sítio foi registrado pela arqueóloga Ruth Trindade de Almeida, sendo após isso revisitado para análises mais aprofundadas de suas gravuras (SPA, n. 44): foram encontradas itacoatiaras, além de pinturas rupestres classificadas como uma variação da tradição Agreste e da subtradição dos Cariris Velhos, mantendo traços particulares (SPA, n. 50).

Outro fator relevante é a propagação dos topônimos de identificação, como salienta José Elias Barbosa Borges (2000), que se espalham por toda Paraíba, sendo de origens linguísticas variadas: Tupi, Tarairiú, Kariri³. Muitas dessas denominações, inclusive para o nome das povoações, a exemplo de Caturité e Fagundes (permanecem com o mesmo nome), Carnoió (atual Boqueirão), ou mesmo Bodocongó, se mantiveram até meados, chegando alguns a finais dos novecentos, quando ocorreu um número significativo de emancipações municipais no estado, ao passo que se desenrolava o processo para escolha do nome e reflexões sobre os símbolos identitários que se iam ostentar. Ainda segundo José Elias Borges (2009), o topônimo *Bodocongó* é de matriz Kariri, como eram Kariri os Carnoió e os Fagundes ou Bodopitá. Durante o processo de penetração para colonização por parte dos portugueses, os primeiros povoavam a atual cidade de Boqueirão e os segundos, a cidade que permaneceu com o mesmo nome, Fagundes, tendo inspirado também o nome da serra de Bodopitá.

Quando partem aos interiores da colônia, os objetivos das autoridades coloniais são claros: reconhecer as terras em nome da Coroa Portuguesa, fazer levantamentos das possíveis áreas de exploração mineral (o que não é o caso da região dos Cariris Velhos), apresar os indígenas que não cedessem à dominação e catequizar os demais. A catequização, trabalho missionário, está assim ligada à empresa colonizadora, mais que isso, as duas esferas de poder, político e religioso, se complementam nas

3 A Paraíba é descrita enquanto uma capitania de clima predominantemente árido e solo predominantemente fértil e como dividida em duas regiões, assim como as áreas recém-colonizadas: o litoral dos Tupi e o sertão dos Tapuia (MARIZ, 1980, p. 17). Expressões generalizantes que tinham o intuito de simplificar os primeiros contatos e descrições, seu entendimento, para não provocar grandes alvoroços entre os colonos, para não prestar-lhes tanto reconhecimento ou por desconhecimento de sua pluralidade. Não se valorizava, portanto, a diversidade e a complexidade populacional e cultural dos Tapuia e mesmo dos Tarairiú. A questão linguística ilustra muito bem tal diversidade: pesquisas atuais mostram a existência de quatro grupos linguísticos, o que combate a generalização Tupi/Tapuia, já que ela surge também a partir da má compreensão acerca desse fator. Arawak, Karib, Tupi e Jê reúnem, por sua vez, uma gama de línguas que aponta para a riqueza cultural desses povos.

paragens exploradas. Em Carnoió foi estabelecido um aldeamento indígena, para o qual se dirigiram dois missionários capuchinhos franceses, a saber, Martim de Nantes e Teodoro de Lucé (CÂMARA, 2000, p. 47). Aponta José Elias Borges (2009) que Teodósio de Oliveira Ledo teceu relações de aliança com alguns povos Kariri⁴, processadas por antecessores, a exemplo de Antônio de Oliveira Ledo, seu tio.

Segundo Epaminondas Câmara:

Também à margem esquerda do citado rio [Paraíba], trinta léguas acima, foi instalada a primeira fazenda de gado da região do Cariri de Fora, no lugar denominado Boqueirão (hoje vila de Carnoió, município de Cabaceiras) [atual Boqueirão] pelo capitão Antônio de Oliveira Ledo, em 1670 aproximadamente (CÂMARA, 2000, p. 46).

É como entreposto para as fazendas e o aldeamento de Carnoió, que a povoação às margens do rio Bodocongó se inicia, onde suas águas são recebidas pelo rio Paraíba, formando uma *barra* (ARRUDA, s/d, p. 02). As regiões do atual Cariri paraibano e parte do Agreste ficaram ligadas em 1750, à freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, da Ribeira do Cariri de Fora (hoje, São João do Cariri), que também guardava uma sede de julgado de paz. Na segunda metade dos setecentos, na área da Campina é criada a Vila Nova da Rainha, que abrangeria a região de Fagundes, Carnoió, Cabaceiras e Bodocongó sendo estas também incorporadas pela freguesia de Nossa Senhora da Conceição, instalada na Vila Nova da Rainha e desmembrada, portanto da Ribeira do Cariri de Fora (CÂMARA, 1998, p. 22-23). A povoação de Bodocongó é abarcada pelo termo da Vila Nova da Rainha durante as últimas décadas de colonização do Brasil por Portugal até os tempos do Império, em 1833, quando a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Cabaceiras é fundada. Carnoió e Bodocongó integravam o território que em 1834 seria decretado como Vila (*Idem*, 2000, p. 97; ARRUDA, 2005, p. 2).

Segundo a Enciclopédia Brasileira dos Municípios (1960, p. 214), no ano de 1864, a sede do então município de Cabaceiras se desloca para a povoação de Bodocongó (conhecida também por Barra de Bodocongó, além de Sant'Ana de Bodocongó e Barra de Santana, referência ao culto que ganhara destaque naquela localidade, onde fora erguida uma capela a Santa Ana), sendo em 1866 deslocada também a

4 Conviviam no território em colonização tanto aqueles povos indígenas que se aliavam aos lusos quanto aqueles que pegavam em armas para defender suas terras dos que se consideravam eleitos por Deus para civilizar o território julgado inculto, mas que os indígenas tinham por invasores. É válido ressaltar que as lutas empreendidas por povos indígenas contra as tentativas de aculturação dos portugueses não se restringiam às resistências simbólicas, assim como o convívio entre ambos não se dava apenas na perspectiva da negociação.

sede paroquial⁵. Epaminondas Câmara atribui esse fato à querela política nacional entre liberais e conservadores que repercutia nas províncias (CÂMARA, 2000, p. 101). Vital Arruda (s/d; em escritos não publicados) sugere que houve, para isso, a influência pessoal de Justino José Pereira, dono de escravos, conhecido como Justino Rico, proprietário da fazenda Pedra Rica e de terras no sítio Serrinha.

As leis de criação do distrito e vila de Bodocongó são promulgadas em 1938 (PL 236/91), mas afirma Vital Arruda (2005), que antes das leis, Bodocongó já era distrito, o que ocorre entre 1890 e 1892, quando a sede de Cabaceiras estava no referido lugar. Em 1959, quando da emancipação da então Vila de Carnoió, o Distrito de Bodocongó é desmembrado de Cabaceiras, pertencendo agora ao novo município. Em Projeto de Lei de 31 de outubro de 1991, aprovado pelo então prefeito de Boqueirão, João Paulo Barbosa Leal, ocorre a mudança do nome do então Distrito de Barra de Bodocongó para Barra de Santana, denominação que popularmente se tornara usual. Em 1994 ocorreria a emancipação política de Barra de Santana, que manteria o nome em homenagem à padroeira.

As palavras, ao mesmo tempo em que estabelecem limites, permitem brechas, litígios, ultrapassagens. As palavras apontam caminhos e desvios, possibilitam burlas e estabelecem normas. Permitem contato, possibilitam traduções. Entre palavras foram estabelecidas relações de domínio e relações de negociação. Nomeações e renomeações. Visto não serem apenas caracteres agrupados, mas implicarem em sentidos que, por sua vez são recepcionados, analisados ou introjetados, modificados de acordo com cada indivíduo que o abrigue, também ele, dotado de sentidos aos quais se atribui e aos quais foi atribuído. A nomeação implica em tradução de identificações, em fortalecimento de símbolos, em reconhecimento diante de quem encara a coisa, a pessoa ou o lugar que é denominado.

A povoação que se estabeleceu à altura do quilômetro 163 na rodovia 104, nas ribeiras do Paraíba e Bodocongó, há cerca de três séculos, veste-se de Barra de Santana, assumindo uma face e um nome que a traspassam desde o soerguimento da capela a Nossa Senhora Santana, desde que acolhera viajantes de Bom Jardim (PE) – há mais tempo amadrinhado pela santa católica e que portavam uma imagem sua, a primeira da capela –, sendo popularmente chamada pelo nome que assumiria em 1994 (AQUINO, 2013). Renomeada, Barra de Santana assume em sua identidade signos de um passado que não está distante, mas repercute nas falas de quem se dispõe a contar memórias de outro tempo, em tons saudosistas, demonstrando que

⁵ Há discordâncias quanto ao retorno da sede do município para a Vila de Cabaceiras: a Enciclopédia Brasileira dos Municípios afirma que isso ocorreu apenas em tempos republicanos, no ano de 1907, tendo permanecido na povoação de Bodocongó até 1900, sendo daí transferida para a então Potira (atual Barra de São Miguel). Epaminondas Câmara (2000) diz que já em 1870, houve o retorno. A primeira versão é também partilhada por Vital Arruda (escritos não publicados, s/d).

a Barra de Sant'Ana de hoje, continua sendo também de Bodocongó, mas aqueles indígenas que caçavam as novilhas do colonizador já não dominam nem batizam com suas palavras, as terras que antes eram de seu usufruto.

Faces culturais: fronteiras e interpenetrações

Lafaiete Alves Barbosa, “Seu” Lafaiete, eleito em duas legislaturas como vereador, não conseguiu o apoio do poder Executivo para a construção de uma escola no povoado de Caboclos, do qual emerge como um de seus líderes. Acrescenta, inclusive, ser esse um dos motivos para que deixasse a vida política. Mas, promessa à comunidade não poderia deixar de ser cumprida: com o apoio da mesma, ergue o prédio onde hoje funciona uma escola municipal:

Fomos fazer um movimento pra que a gente fizesse essa sala de aula, pra não deixar sair [do mandato] sem fazer, entendeu? [...] Foi algo que foi o povo que fez, foi a comunidade que fez, é... a comunidade que fez. E hoje, né, a Prefeitura desfruta, eles desfruta. Esses anos todim, desde quando ela foi feita, as professora ensina dois horário nela, numa sala de aula, sabe? [...] Aqui hoje tem cento e tantos aluno, né? E tinha muitas escola que ensinavam até em quartim por aí alugado e aí as próprias professora mesmo... era Edileuza naquele tempo... e dizia assim, “vamo fazer, vamo fazer força”. O povo mesmo, a comunidade, um trabalhava um dia, outro trabalhava, um fazia massa, o outro... (BARBOSA, 2013).

E segue contando como o povoado se empenhou para construir o espaço para as aulas, para o ensino escolar. A vontade de construir um bem comunitário indica, por um lado, a consciência de que o poder público se comportou de forma morosa e, por outro, que as próprias pessoas do povoado, mostraram-se envolvidas em uma coletividade, identificadas entre si.

Com o empenho da comunidade também seria construída aquela que atualmente é a maior escola do município, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Antonio Heráclito do Rêgo, concluída em 1968, durante o governo de Ernesto do Rêgo em Boqueirão. A edificação da escola, que é estadualizada em 1991, e seu crescimento devem-se em grande medida aos esforços de Vital Farias de Arruda, que a esteve dirigindo desde a delimitação do terreno na qual seria construída até a contratação de professores, passando pelo controle de carregamento de materiais para as obras. Em 1994 é inaugurada uma escola municipal na sede do município, sob o nome

de Laura Barbosa Bezerra, uma das primeiras professoras da região. As comunidades rurais maiores e o distrito de Mororó também são contemplados com a construção de escolas, ainda no governo de Ernesto do Rêgo (ARRUDA, s/d; AQUINO, 2013). Antes disso, a educação limitava-se na maior parte das vezes ao letramento e, ainda assim, em condições insalubres, sem maiores assistências.

Entre os anos de 1920 e 1930, Otávio Teodoro de Amorim, que tinha influência entre as autoridades políticas estaduais e nacionais, consegue instalar uma agência dos Correios em Barra de Santana, sendo contratados motoristas para fazerem o transporte das correspondências. A telefonia passa a ser implantada também por Ernesto do Rêgo, ao lado de Carlos Marques Dunga, na década de 1970, sendo que nos anos 1990, estenderam-se as áreas de abrangência dos celulares.

Antonio Barreto (Antonio Padre) lembra que quando ele chegou a Barra de Santana, no terceiro quartel do século XX, existiam poucas casas na rua, até que ele começa a administrar as posses da Igreja e a conceder territórios a pessoas interessadas em ali morar. Com a ajuda de Vital Farias de Arruda, escriturava as terras e assim viu as ruas do Distrito crescerem e se desenvolverem (BARRETO, 2013).

Ao falar dessa época, meados do século XX, Antonio Aquino lembra que “a Barra era desenvolvida nesse tempo”, em referência às movimentações comerciais da época, que atendiam as necessidades básicas alimentícias e estruturais, tendo ainda comércio de miudezas, por exemplo (AQUINO, 2013). A mesma recordação tem Maria das Mercês do Rêgo Freire (“Dona” Mercês) sobre um acampamento que existia no Curimatã, dizendo que lá era até mais animado que a sede do Distrito de Bodocongó, tendo tocadores que se faziam ouvir até a Pedra D’Água, comunidade rural vizinha (FREIRE, 2013). Esse acampamento era formado por trabalhadores empreitados na construção da barragem de Curimatã que, segundo conta Antonio Aquino, integrava uma rede para contenção das águas do rio Paraíba, assim como o Açude de Boqueirão.

O general do Primeiro Grupamento de Engenharia, Mário Ivan Araújo Bezerra, explica que a barragem, além do objetivo regularizar o curso do rio, assim como Boqueirão e Acauã (construída posteriormente), seria uma fonte de fabricação de energia elétrica para a cidade de Campina Grande. Os trabalhos tiveram início em 1957, controlados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Acontece que em 1961 as obras foram interrompidas porque, segundo Mário Ivan Araújo, tanto a correnteza do rio era pequena, quando a obra (que era considerada prioritária) tem suas proporções tornadas irrisórias diante dos trabalhos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)⁶. Para Antonio Aquino, além desses fatores, a obra era sucateada pelos próprios comandantes, sendo que, depois de sua suspensão, muito

6 O Norte, 31/08/1995. Exército explica obras paralisadas. Cedido por Vital Farias de Arruda.

do material foi levado pelos trabalhadores, constituindo-se hoje como uma ruína de memória esmaecida (AQUINO, 2013).

Crenças

Conta “Dona” Mercês que há cerca de 40 anos, no sítio Salinas, uma família, conhecida pelo bom zelo da casa e da lavoura, começou a ser perturbada em sua tranquilidade. Quando saíam para o trabalho no roçado, a esposa deixava a casa arrumada e a comida pronta, para apenas esquentar quando todos voltassem da manhã de trabalho. Um dia viram uns rastros desconhecidos no terreiro por trás da casa. Começaram a encontrar seus pertences desarrumados e, dia após dia, a situação piorava, ao ponto de que até mesmo a comida era estragada com terra e pedras. Ao anoitecer, também pedras atingiam o telhado, um desequilíbrio da rotina e do sossego, sendo que as narrativas acerca desses estranhos eventos já começavam a se espalhar pelas redondezas. Muito tempo transcorreu e, como não cessavam os ataques, a família pediu para rezarem a casa, atribuindo o ocorrido ao sobrenatural. A essa altura, estava decidida a se mudar, sabiam que não conseguiriam deter Comadre Florzinha, a entidade protetora das matas e dos animais, que tinha o hábito de perseguir quem a irritasse (FREIRE, 2013).

Há aproximadamente 30 anos, o esposo de Dona Mercês, Antonio Freire Filho (“Seu” Antonio Freire) recebeu um sutil aviso de Comadre Florzinha. Era uma sexta-feira e ele tinha saído pra caçar com seu filho, quando avista uma rolinha. Mira a espingarda, atira uma, duas, cinco vezes e erra os tiros. Estranhando, pede ao filho a baleeira que este portava, arma de caça para as crianças. A rolinha só fez sair de um galho e ir pra outro. Foi então que “Seu” Antonio entendeu a mensagem e, desde então, não caça mais nas sextas (FREIRE FILHO, 2013).

Narrativas como essas são comuns por Barra de Santana. A crença e a religiosidade populares, principalmente nas comunidades rurais, tem uma inserção nos cotidiano e no imaginário das pessoas, embora atualmente não se verifiquem tantos eventos como antes. Ao lado dessas memórias, são compartilhadas histórias de rezadores e rezadeiras, que também eram comuns no passado. Os resultados de algumas rezas se espalhavam rapidamente em terras pelas quais raramente transitava um médico: em homens e animais, mau-olhado ou bicheira, fogo que cessava sem o rezador precisar sair de casa: a autoridade da palavra detinha o evento e a mesma era revestida pelo saber popular. Em terras que apenas dispunham de padre pra missa a cada mês, a assistência espiritual imediata era através dessa religiosidade. Eram pequenas rezas para cura de doenças cotidianas que cismavam em perturbar a vivência desses habitantes. A terapêutica popular se aliava às artes das rezas que despediam dores de

cabeça, dores de dente, espinhela caída, sol na cabeça, tosses, tudo através do saber daqueles que rezavam e das orações que deviam acompanhar o processo, algumas invocando a Deus, outras mencionando intercessão aos santos. Além disso, havia as benzeduras, destinadas principalmente a animais adoentados (FREIRE, 2013; FREIRE FILHO, 2013).

O catolicismo institucional divide o palco, pois, com o popular, sendo que, atualmente, outra corrente religiosa está crescendo na cidade. Trata-se das igrejas protestantes que vem arregimentando muitos fiéis principalmente nos últimos quatro anos tanto na sede, onde estão os templos da Assembleia de Deus e Igreja Congregacional, no Distrito de Mororó, que abriga a Igreja Batista adentrando as comunidades rurais menores. Segundo o Pastor José Cabral Oliveira (Pastor Cabral), da Igreja Congregacional, a inserção da fé protestante entre os jovens ganha uma proporção diferenciada porque tenta escapar dos radicalismos, incentivando a participação efetiva dos fiéis, nas determinações da Igreja (OLIVEIRA, 2013).

Pastor Cabral, que está na cidade há cinco anos, narra as dificuldades para a implantação da primeira Igreja Congregacional na cidade, dizendo que no primeiro templo, construído há cerca de 35 anos, em terreno concedido pela família Queiroz, alguns homens chegavam a invadir os cultos com cavalos, na pretensão de amedrontar os frequentadores. Apesar disso, a fé se manteve, atraindo outras denominações para o município (OLIVEIRA, 2013).

Esses costumes, essas formas de religiosidade se edificavam, realizavam-se, atendendo às necessidades e aos anseios dos que nelas permaneciam. Significados mantidos em parte, modificados em parte e, no campo mais amplo, a crença identificando o indivíduo, prestando-lhes sentido (BERGER, 1985, p. 40). Há, portanto, uma convivência entre traços que permanecem e traços que se modificam, os papéis das agências alternando-se.

Fogo de Ageu⁷

Transcorria o ano de 1916 quando, na comunidade da Paraibinha, Manoel Ageu se estabeleceu com a família, vindo do engenho Estivas, de Bom Jardim, Pernambuco, trabalhando no comércio ambulante e na agricultura. Católico fervoroso, passa a reunir em sua casa diversas imagens de santos católicos e a pregar entre os habitantes do dito sítio e arredores, iniciando novenas, devoções e rezas que atraíam um número cada dia maior de fiéis, que ficaram conhecidos como os “devotos de Ageu”. A

⁷ A narrativa acerca do “fogo de Ageu” foi possível através de um registro escrito cedido por Vital Farias de Arruda, contendo as informações concedidas por Pedro Ageu, filho de Manoel Ageu, em entrevista ao primeiro.

inspiração para o Beato Ageu, como fica conhecido, era o Padre Cícero do Juazeiro do Norte, tanto que em suas pregações e durante as procissões e romarias penitenciais que dirigia, afirmava que antes da partida para Jerusalém, de onde seriam arrebatados ao céu, os fiéis deveriam passar por Juazeiro, para a bênção que Cícero daria.

Em meio a tamanha devoção, o Beato Ageu pedia contribuições aos adeptos de suas rezas, fazendo crescer seu patrimônio, muitas vezes à custa dos fazendeiros da região, que tinham seus bens levados para a propriedade de Ageu, por suas mulheres, devotas. Estas, além de tudo, passavam noites e mais noites na casa do Beato, considerada Santuário. Ali, ele havia começado a recebê-las em confissões particulares, em um dos quartos da casa, o que provocou o falatório em torno da fidelidade das esposas. Em meio a essa movimentação, os fazendeiros insatisfeitos, uniram-se ao delegado, José Barbosa Barreto, e decidiram por fim às rezas das mulheres e de Manoel Ageu, denunciando-o, inclusive às autoridades de Cabaceiras.

Aos 18 dias do mês de novembro de 1925, as rezas de Ageu foram interrompidas por tiros de espingarda, dirigidos pela polícia local e capangas de fazendeiros. A casa estava cheia, como já era costume e, de forma brutal, foi esvaziada. A maior parte dos devotos fugiu. Após o tiroteio, a invasão das autoridades armadas, agora com foices e facões, procurava sobreviventes. Ao amanhecer, catorze pessoas foram levadas em um carro de boi para a sede da então Vila de Bodocongó, para serem sepultados no cemitério que se localizava no lado esquerdo da Igreja. Foi quando, para susto daqueles que conduziam o carro de boi, alguns ruídos foram ouvidos: eram sobreviventes da chacina, a exemplo de Pedro Ageu, filho do Beato (SILVA FILHO, 2005). Das catorze pessoas levadas para a Vila, oito estavam mortas (Cícero Alexandre, Honofre Barreto, Francisco Flor, José Firmino, Francisco Fideles, Cassimira Barreto, Maria Vicência e Severina Nunes) e seis assim se fingiram, para que também não fossem assassinados (Manoel, João e Pedro Ageu; Silvino Ciriaco, José Ferreira e Maria Nunes) (ARRUDA, 2005, p. 4).

O Beato Manoel foi atingido, mas sobreviveu, falecendo em 1929. Alguns devotos, liderados por Pedro Ageu decidiram ir, em romaria, para Juazeiro do Norte, depositar junto a Padre Cícero elementos e objetos que haviam pertencido ao Beato. Na volta, alguns familiares ficaram em Pombal, sendo que Pedro Ageu retornou a Barra de Santana, aonde veio a falecer no início dos anos 2000.

O sentimento individual acerca da religião, como disse Simmel, precede o coletivo. A isso, Peter Berger acrescenta que “*a exteriorização é uma necessidade antropológica*” (1985, p. 16), portanto, as rezas de Ageu poderia representar justamente a necessidade de comunhão e relacionamento entre um grupo, sendo este uma união de individualidades e experiências que lhe dava liga, identificações mútuas entre os devotos. Estes, para além da devoção normativa a Sant’Ana, encontraram outra forma

de contato com o sagrado. O fim das rezas de Ageu ilustra como, nos palcos do então Bodocongó, tradição que passa a Barra de Santana, os campos do religioso, do político e do econômico se mantêm intimamente ligados.

Santa Ana

A crença, esta que se apresenta como colaboradora para aproximações e identificações, ou como provocadora de embates e distanciamentos, se coloca multifacetada, apresentando intensa variedade de formas, manifestadas em atos e pensamentos diversos. Crer, então, é um sentimento individual que não raro se manifesta em coletividades, na forma de uma religião, de uma comunidade religiosa. Milhares de fiéis rumam para a sede de Barra de Santana, em romaria pela padroeira, cantando e louvando-a, em uma festa centenária. Há 139 anos a devoção a Santa Ana cresce, atraindo pessoas de localidades e cidades vizinhas, que se postam em romarias, novenários e missas.



Imagem 1: Vista frontal atual (2013) da Igreja de Nossa Senhora Santana⁸. Ao lado esquerdo, onde era o cemitério, está em vias de acabamento a Casa Paroquial, construída com o objetivo de transformar a Área Pastoral em Paróquia. Imagem: acervo dos autores.

Conta a tradição popular, que nos foi narrada por Antonio “Padre” (2013) – guardião por 27 anos da chave da igreja – que a primeira imagem de Sant’Ana chegou ao

⁸ Explica Fellipe Almeida de Andrade (2013) que o azul e branco são as cores de Nossa Senhora Santana, devido a sua santidade estar relacionada com o poder da contemplação e aos fatores históricos, por ser mãe e preparadora de Maria, diferente dos santos mártires, que usam o vermelho.

então povoado de Bodocongó em lombos de burros e que apenas na reforma principal da antiga capela, concluída em 1873 por Padre Ibiapina (ano que está na fachada principal) é que chega a atual imagem, de estilo português, como completa Antonio Aquino (2013). A devoção a Sant'Ana começou a se propagar entre os habitantes da povoação e depois tomou proporções maiores, transpondo fronteiras em terras que haviam assumido a religião católica como base religiosa, mas também moral. Não tardou para que se fizessem visitas e procissões ao então Bodocongó, pela carência de templos religiosos nas proximidades, mas também pelo sentimento devocional que Sant'Ana despertava. Quando da fundação da capela, os sepultamentos eram realizados em um cemitério localizado à esquerda do templo, sendo daí transferido apenas nas décadas de 1940 e 1950, situando-se às margens do rio Paraíba (ARRUDA, 2005).

Antonio "Padre" narra que no período em que ele administrava a Igreja, a festa já era conhecida pelos arredores, havendo intensa preocupação em conseguir financiamento para a próxima homenagem à avó de Cristo. Hoje, essa homenagem divide espaço com uma festa social, de perfil essencialmente turístico, ambas ocorrendo na última semana de julho, sendo o dia 29, dia de Sant'Ana, o mais festejado, como salienta Fellipe Almeida de Andrade (2013). Este, como um dos organizadores do evento, que toma proporções estaduais, salienta que a estrutura vem crescendo ano a ano, assim como o número de visitantes, romeiros ou turistas seduzidos pela festa social. Durante o mês de julho, o outeiro onde se localiza a imagem da santa é ornamentado, a fim de acolher os romeiros. Estes aumentam o fluxo da sexta ao domingo, encontrando estruturas armadas para recebê-los. O poder público participa da organização da festa, mas o dinheiro apurado é revertido para as obras da Igreja, que foi reconhecida como Área Pastoral e está em vias de se tornar Paróquia.

A devoção a Sant'Ana encontra maior densidade na sede do município, já que a maioria das comunidades rurais mantém seus próprios padroeiros e suas próprias capelas. Tendo em vista promover uma identificação maior também dessas comunidades com Sant'Ana, desde 2010, a Igreja promove a inserção de imagens da padroeira nas capelas espalhadas pelo município, além de, às vésperas do dia 29, culminância dos cultos, fazer com que a imagem visite casas e capelas, chamando o povo para a devoção.

A memória e a atuação presente em torno da festa de Sant'Ana esteve em risco, contudo, entre dezembro de 1989 e fevereiro de 1990. A imagem da padroeira, a imagem que todo ano era enfeitada e saía carregada por fiéis nas procissões anuais fora roubada, incluindo-se em um sistema de roubos de imagens sacras antigas. Além de Sant'Ana, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição foram levadas. O cordelista Vadeilson Costa traduz a angústia e esperança do povo em um folheto de cordel, intitulado "O roubo da padroeira" (1994). Seu principal informante foi justa-

mente Antonio “Padre”, que à época guardava a chave, sendo ele o protagonista das investigações sobre o roubo:

Foi em 4 de Dezembro
Esse fato acontecido,
O ano era 89
Se não estou esquecido
Quando alguns ladrões devassos
Arrancaram três pedaços
Da fé de um povo sofrido (COSTA, 1994, p.3)

“Era uma tristeza nessa Barra de morrer. O povo desmaiava. Oxe. O povo tinha muito amor a Sant’Ana. Se você pensar, se Sant’Ana não tem aparecido, como era as festa de Santana?”, completa Antonio “Padre” (2013). Diante do fato, as autoridades de Boqueirão, Cabaceiras e Caruaru foram intimadas, apoiadas pela investigação incessante do guardião da Igreja. Até que em fevereiro de 1990, as três imagens retornam para o templo e para os braços do povo, que sai em procissão pelas cidades vizinhas, em mais um espetáculo de fé.

“Fontes de renda e de vida”: traços econômicos

A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos e culturais que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais (FILHO, 2005). Sendo assim, o exercício historiográfico incide na descrição e interpretação dos mecanismos de apropriação do passado, permitindo que a história do homem comum, do homem em sociedade possa ser (re)encontrada, ouvida, lida nas esquinas, nas ruas. E, no processo de reencontro com essas memórias do passado, novas paisagens do passado são contempladas, em uma trajetória de aplicação de novos significados.

Cravada na barra do riacho de Bodocongó e nas margens do rio Paraíba, a povoação de Barra de Bodocongó teve suas terras marcadas pelos cascos dos burros, mulas e cavalos que passavam pela região. Caminho comum, segundo Antonio Aquino e Vital Arruda (2013), entre alguns distritos e cidades de Pernambuco, o distrito de Boqueirão e a povoação, depois tornada vila, de Cabaceiras seja por seus mananciais de água, que se faziam necessários nessas grandes jornadas ou pelas pastagens atrativas à criação de gado.

Quando o pasto secava e no horizonte se apresentava mais um verão, nos currais de gado⁹ ocorriam as chamadas festas de apartação, que originariam as famosas vaquejadas. Como dizia o vaqueiro em seu aboio: “quando chega o fim de Junho, no final da invernada. Se reúne a vaqueirama em frente à casa caiada, vão correr os campos santos reunindo a boiada, hé boi”. As vaquejadas nesta região tinham como palco, até metade do século XIX, as ruas do distrito, os bois e cavalos faziam subir as areias brancas das cheias do rio Paraíba e do riacho de Bodocongó (AQUINO, 2013).

No final do século XVIII e início do XIX foi no lombo dos cavalos, burros e jumentos que a economia da vila de Bodocongó e comunidades vizinhas se desenvolvia. Adentrando as estradas e caminhos, providos de mantimentos para alguns dias de viagem, os almocreves¹⁰ carregavam os caçoais, balaios e grajaus no lombo dos burros, que segundo Irineu Joffily, ficavam “afogados nos grandes fardos de algodão, mal impresados, amarrados com embiras”¹¹ (1977, p. 13). Alguns animais (suínos e caprinos) acompanhavam o comboio, para serem comercializados, mas era o algodão, artigo valioso na cidade de Campina Grande¹² que despertava o interesse de produtores e compradores naquele período. O “ouro branco” tomou conta de vários campos agrícolas, assim como as bolandeiras¹³, espalhadas na Vila de Bodocongó, na comunidade rural de Barriguda e de Mororó, por exemplo.

Para chegar ao destino traçado, os almocreves passavam pela região de Queimadas onde davam água aos burros, como contam Antonio Aquino e Vital Arruda (2013). Repousavam e pela madrugada seguiam rumo à feira de Campina Grande. No caminho, os almocreves deixavam seu rastro, derrubando parte da mata que seria destinada ao comércio de madeira para a produção de caibros, portas e ripas em Campina Grande, sendo outro fim para a madeira, a venda de “dormentes”, que são toras de miolo de aroeira e braúna, para colocar na linha do trem.

Na volta da feira, o lombo dos animais continuava lotado, não pela falta de compradores, mas por que traziam os mantimentos¹⁴ que asseguravam o sustento das famílias da região. Farinha, café, açúcar, cachaça, fumo, rapadura e outros alimentos,

9 Epaminondas Câmara descreve a sua existência em Boqueirão, mas por Barra de Santana ser um caminho comum do gado, acreditamos que os currais de gado tenham existido nesta povoação.

10 Almocreve era um condutor de bestas de carga. Alguns os denominam de Tropeiros.

11 JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Parahyba. Thesaurus Editora: Brasília, 1977.

12 Segundo Sylvestre, Pimentel e Mariz, no início do Século XX, o comércio do algodão se intensificou, principalmente depois da instalação da estação ferroviária, sendo umas das principais atividades da cidade, fazendo de Campina Grande a segunda maior exportadora de algodão no mundo. Isto se devia a condição do município como mercado de produtos que eram trazidos pelos tropeiros que traziam suas mercadorias em transportes de tração animal, geralmente burros, para ser comercializado na cidade, onde daí era levado para a capital do Estado ou para o porto do Recife, onde seria exportado para o exterior.

13 É a máquina de algodão que separa a semente da pluma.

14 Segundo Antonio Aquino e Vital Arruda (2013), não era comum a compra do feijão em Campina Grande, pois os depósitos estavam lotados pela safra do inverno.

além do querosene em lata ou barril para iluminar as noites do Cariri, eram trazidos da feira de Campina Grande ou de povoações vizinhas que iam inserindo atividades comerciais em seu cotidiano, a exemplo de Gado Bravo (FREIRE, 2013). Podemos afirmar que a Vila de Bodocongó se sustentava no lombo dos animais. Estes produtos, na maioria das vezes, eram vendidos nas “bodegas” a dinheiro ou como era costumeiro, se comprava e anotava-se nas famosas cadernetas (fiado).

Na Vila de Bodocongó, conforme o decreto municipal de Nº 05 de 11/11/1935, passou a funcionar uma feira livre, esta ocorria semanalmente, às quintas. Conta Antonio Aquino (2013), que o público oriundo da própria vila e de comunidades vizinhas, além das compras usuais que se faziam na feira, era atraído por serviços do alfaiate, do dentista, do barbeiro. Espaços que o tempo apagou: hoje, após se tornar cidade, Barra de Santana não possui uma feira livre, apenas aspirações e resquícios deste passado, como no Mercado Público municipal, que apesar da decadência em que se encontra atualmente, possui um comércio de carne ativo, herança de uma tradição de marchantes que cruzavam a região negociando, cortando e vendendo a carne bovina, suína e caprina.

Os signos do moderno chegaram tardiamente em Barra de Santana, em meados do século XIX, com a luz elétrica substituindo o motor a diesel; e o caminhão, que veio competir com o burro no transporte para as feiras. Neste limiar, durante a década de 1960 a produção algodoeira entrou em declínio, sendo gradativamente substituído pela produção leiteira, que fazia parte do cotidiano da região.

Tradições são inventadas, usadas, ressignificadas, às vezes, eclipsadas. A economia da Vila de Bodocongó passou por diversas fases em sua história, com ciclos agrícolas acompanhando as estações climáticas, o algodão com seu apogeu e declínio. Mas a cultura da criação de animais permanece e cresce até os nossos dias. Nesta região foi se desenvolvendo a cultura do queijo, localizada na zona rural, feito artesanalmente, na maioria das vezes por mulheres, nos fundos da cozinha ou nos chamados “quartos de queijo”. O produto traça(ou) as estradas do município em caminhões “pau de arara” e/ou caminhonetes em direção às feiras, mercados e supermercados de Campina Grande, Queimadas, João Pessoa, chegando a cruzar a fronteira estadual rumo ao vizinho estado de Pernambuco.

Barra de Santana possui uma das maiores bacias leiteira da Paraíba, com um rebanho estimado em 11 mil cabeças de gado¹⁵ e com uma produção que varia entre 20 e 30 mil litros de leite¹⁶ diários. Esta produção tem origem em pequenos sítios, onde

15 Dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 08, jan. 2013, 14: 35.

16 Dados fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de Santana. Devemos tomar como variante as condições climáticas, que alteram pra mais ou pra menos esta produção leiteira.

com o cantar do galo, antes do dia clarear, na cruivana¹⁷, quando os urros do gado ecoam casa adentro é hora do criador ordenhar seu pequeno rebanho. Sentado num banco de madeira com o caneco (vasilhame) ou o balde entre as pernas, o movimento da ordenha vai aquecendo o corpo, o suor molha a testa. Quando o sol já está alto no céu é o fim da ordenha e início de mais um dia de trabalho: medição e entrega do leite ou destinar-se a fazer o queijo. Na metade da manhã, o criador tem que estar com a palma¹⁸na cocheira para ser trinchada ou moída e, se der tempo, buscar numa carroça de boi ou burro uma carga de água para as reses num poço, barragem ou barreiro. À tarde, novos afazeres, numa escala de trabalho que começa no frio da madrugada e termina no esconder-se do sol, de domingo a domingo, “sem dia santo nem feriado”, no dizer do criador.

O leite e seus derivados é um artigo que moldou a cultura e a economia de Barra de Santana, que atualmente conta com duas fábricas de leite: a Cooperativa Agropecuária Santa Ana e D’Leite, ambas localizadas na sede do município. As fábricas compram o leite dos pequenos criadores, revende parte deste produto e outra parte destina-se à produção de queijos e iogurtes. Uma parte significativa do leite produzido na região vai para os tanques de resfriamento espalhados no município que pertencem à Cooperativa Agropecuária do Cariri LTDA, localizada no município de Caturité, criada em 1997. Estas ações, cooperativas e/ou privadas favorecem ao pequeno criador, fornecendo certa estabilidade financeira para gerir seus negócios e, na visão de alguns, auxilia para que boa parte da região não se transforme em cemitério de pequenas propriedades.

Apesar de seu ponto estratégico, cravada nas margens da BR 104, entre as cidades de Campina Grande e Caruaru, a economia de Barra de Santana tem crescido a passos lentos. A cidade é constituída de pequenos e médios pontos comerciais que não atendem a sua população, seja pela tradição da feira em Campina Grande ou pela falta de estrutura para atender aos seus habitantes. A maior parte dos recursos financeiros obtidos pela população, são oriundos da agropecuária de subsistência, da aposentadoria dos idosos e como a maioria das pequenas cidades, dos proventos da prefeitura, sendo que, grande montante destes recursos são gastos em outras cidades, como Queimadas e Campina Grande.

17 Expressão recorrente no cariri que se refere ao frio da madrugada.

18 A palma forrageira tem sua origem no continente americano, mais precisamente no México, O mais remoto registro sobre cactáceas como forrageira, na literatura especializada do Brasil, data de 1893, em publicação de Rodrigues (apud DOMINGUES, 1963) intitulada Hortus Fluminensis ou Breves Notícias sobre as Plantas Cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Para Andrade (1968), a palma forrageira foi introduzida no Nordeste brasileiro, através de Herman Ludgren, que importou seis toneladas de semente da “Palma Santa” e fez a distribuição entre vários fazendeiros. Também se tem notícia que Herman mantinha uma ligação comercial com Delmiro Gouveia, e este distribuiu junto aos proprietários do seu Estado de Alagoas (UCHÔA LIMA, 2011).

Mas, nesse horizonte, mesmo que timidamente, os estabelecimentos comerciais começam a galgar espaços. A cada dia ganham destaque no município as confecções de roupas e bandeiras que vem empregando, mesmo que informalmente, um significativo número de pessoas da região. A produção é vendida em lojas de Campina Grande e nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Ceará.

Uma fonte de renda que merece destaque, ainda que seja esporádica, constitui-se das possibilidades financeiras abertas com as festas de padroeiro(a) existentes no município: Santa Luzia, no distrito de Mororó e Santa Ana, no distrito de Santana e na sede do município. Esta última movimenta toda a região. Apesar dos onerosos gastos do poder público, estes eventos foram crescendo e, atualmente, simbolizam uma renda extra para os habitantes destas comunidades, seja no aluguel de suas casas para os visitantes, nas vendas, nos bares e restaurantes, enfim festeja-se e fatura-se praticamente o mês inteiro com estas festividades (ANDRADE, 2013).

Nas tessituras da política

A disciplina histórica sofreu uma renovação nas primeiras décadas do século XX com a ascensão da chamada “nova história” e o estabelecimento de um diálogo profícuo entre os historiadores e outros cientistas sociais, sobretudo os antropólogos, os sociólogos e os linguistas (ARANHA, 2001, p. 38-42). Desse modo, a história política, tal como a percebemos neste trabalho, está imbricada de uma nova prática, que incorpora a ampliação das fontes, dos temas e dos diálogos postos atualmente para o campo do conhecimento histórico.

O referente trabalho pretende ressignificar as tramas, as “querelas”, os bastidores da política, trazendo ao palco novas leituras sobre o poder, bem como sobre o espaço a ele delimitado, passando a serem pensadas não mais nos limites das esferas institucionais, focados apenas nos atos dos afamados “grandes homens”, mas, ao contrário, passaram a ser vistas como resultado de uma relação dinâmica entre os políticos e os diferentes elementos e grupos que compõem o corpo social. Ou mesmo, quando se foca o olhar na figura dos “líderes” estatais, monarcas ou republicanos, a perspectiva é perceber os caminhos trilhados pela construção de uma “imagem de liderança”, os elementos da cultura e do imaginário do grupo em questão, presentes na elaboração de tal imagem de poder.

Nesse sentido, discutiremos esse cenário em que se afirma uma gramática de práticas simbólicas que legitimam o poder nas mãos de determinados sujeitos, famílias ou partidos, em que discursos e ações do poder mobilizam paixões, sentimentos, desejos e ambições, em uma verdadeira ciranda política nos termos do município de Barra de Santana.

Começamos a girar esta ciranda no município de Cabaceiras, onde desde 1835, a povoação de Bodocongó foi desmembrada de Campina Grande e vinculou-se à “Grande Cabaceiras”. Com uma área estimada “em 2.796 quilômetros quadrados, o que lhe confere a terceira colocação no Estado”¹⁹. Um território de proporções elevadas composto, de acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros:

Segundo o quadro administrativo do país, vigente em 31 de dezembro de 1955, o município é composto de sete distritos: Cabaceiras, Alcantil, Bodocongó, Carnoió, Caturité, Potira, e Riacho de Santo Antônio (1960, p. 214).

Bodocongó era uma das cabeças desta hidra, inclusive tornando-se sede do município de Cabaceiras pela lei provincial nº 134, no ano de 1864. Alguns afirmam que esta decisão foi motivada pela revolta de Quebra-Quilos, fato que não se comprova, pois esta só seria deflagrada dez anos após a transferência da sede, em 1874 (LIMA, 06). Segundo Epaminondas Câmara (2000, p. 101) estas “mudanças temporárias de sedes, devidos apenas ao capricho político de certos deputados provinciais”.

Neste período, o povoado ganhou certa notoriedade e desenvolvimento, fato incomum aos distritos e comunidades pertencentes ao município de Cabaceiras, que viviam no limbo do esquecimento, exceto nos períodos eleitorais, como conta Antônio Barreto, onde Ernesto do Rêgo, político da região, vinha deixar seus santinhos na feira municipal e pedir, leia-se, exigir, o apoio das famílias da região.

Segundo Arruda, de 1950 a 1962 foram emancipados 101 distritos, entre eles Carnoió. De acordo com a legislação vigente, o distrito precisaria ter uma população de dez mil habitantes, foi por esta razão, que o sonho da Vila de Bodocongó de se tornar cidade teve de ser adiado. Com a emancipação, Carnoió (Boqueirão) herdou de Cabaceiras os distritos de Bodocongó, Caturité, Alcantil e Riacho de Santo Antônio; Herdou também a mão de ferro de Ernesto do Rêgo, conhecido popularmente como “Seu Ernesto”. Segundo Freud Costa:

O coronelismo político em Boqueirão iniciou-se com a família Heráclito do Rêgo, que tinha como principal pré-requisito para exercer o poder, grandes extensões de terra além de enormes rebanhos de gado bovino, caprino e ovino. Ernesto do Rêgo se mantém no poder, usando o clientelismo e o mandonismo (2008, p. 173).

19 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Vol. XVII. Rio de Janeiro, 1960.

O “Seu” que antecede o nome de Ernesto do Rêgo reflete não apenas o respeito por sua idade e posição, mas a fama que o mesmo carregava: “causava medo” (AQUINO, 2013; ARRUDA, 2013). Elegeu-se três vezes para prefeito de Boqueirão (de 1963 a 1969; de 1973 a 1977; e de 1983 a 1988)²⁰, duas vezes como candidato único. As pelepas eleitorais eram jogadas por nomes fortes, famílias poderosas: a política do “Grande Boqueirão” se fazia com reuniões e esporas, os coronéis comandavam a política como se estivessem em seus currais de gado.

Precisamos adentrar a política do “Grande Boqueirão” para demonstrar que o povo de Barra de Santana não foi apenas espectador deste espetáculo político, mas protagonizou, por diversos momentos, este cenário, como nas décadas de 1960 e 1970 com uma das figuras de destaque o sr. Vital Arruda. Oriundo do círculo de poder de “Seu” Ernesto afastou-se por querelas políticas e o desafiou por duas eleições, 1968 e 1976 (ARRUDA, 2013; BARRETO, 2013).

A eleição de 1968 foi acirrada. Na casa grande da Fazenda Nova, propriedade de “Seu” Ernesto, quando dois nomes disputavam a bênção do “coronel” da região. Durante a campanha constituíram-se duas alas: Vital Arruda, candidato independente; e Veneziano Araújo do Rêgo, apoiado por “Seu” Ernesto. Grandes comícios, carreatas em caminhões “pau de arara” e discursos transmitidos pela rádio Caturité fizeram parte da campanha (ARRUDA, 2013). Veneziano sagrou-se vencedor, mas Arruda cravou seu nome como opositor ao coronel.

No grito, nas urnas e na bala: a juremada fracassada

A eleição de 1976 em Boqueirão começou nas coxias do espetáculo da política. Durante as convenções partidárias saíram para a disputa cinco legendas: a ARENA lançou três candidatos e o MDB com duas proposituras. Mas a disputa centrou-se em dois concorrentes: Carlos Dunga (da ARENA, apoiado por “Seu” Ernesto) e Maria de Lourdes de Araújo Arruda, “Dona” Lia (do MDB, esposa de Vital Arruda).

Nesta campanha, a batalha se desenrolou em outros campos: na justiça, a candidatura de D. Lia tinha sido impugnada na comarca de Boqueirão e em João Pessoa, mas, em Brasília ganhou a causa e pôde disputar o pleito. Os adversários utilizaram este imbróglio judiciário e puseram em descrédito a sua chapa, segundo Vital Arruda (2003, p. 1-3), diziam que os seus votos não teriam validade. No grito, os partidários de “Seu” Ernesto e Carlos Dunga estavam ganhando a peleja.

Após uma campanha que invadiu as ruas, sítios e casas do “Grande Boqueirão”, o resultado das urnas deu a vitória à ARENA, do candidato Carlos Dunga com

²⁰ Informações disponíveis em <<http://www.tre-pb.gov.br/>>. Acesso em 09, jan. 2013, 15: 00.

uma boa margem de votos. Terminada a apuração, o clima de guerra só esquentou como relata Arruda:

Umas pessoas pertencentes ao grupo do Seu Ernesto e Carlos Dunga inventaram de fazer uns bonecos e colocaram em caixa de sapato [...] colocaram as esporas e andavam nuns cavalos de palha fazendo de conta que era D. Lia, Vital Arruda e demais pessoas de nossa ala política (2003).

Partidários de Ernesto do Rêgo e da ARENA andavam pelas comunidades e ruas da Vila de Bodocongó arrastando pés de jurema, satirizando o grupo oposicionista, chamando-os de “juremeiros” ou “juremada fracassada”.

O nome era uma referência a Abelardo Jurema²¹, reeleito deputado federal pela Paraíba em 1962, licenciou-se do mandato para assumir a pasta da Justiça no governo João Goulart (1961 a 1964). Com o golpe militar de 1964, Goulart estava deposto e Jurema reassumiu seu mandato como deputado federal, mas por pouco tempo, três dias para ser exato. Tendo em vista que seus direitos políticos foram cassados com base no Ato Institucional N° 1 (AI-1). Ao que tudo indica, mesmo exilado no Peru, continuou atuando como um dos líderes da oposição ao regime militar, vinculado *a posteriori* ao MDB.

Os partidários de Abelardo Jurema foram satirizados em solo paraibano, segundo Vital Arruda (2003), por Vital do Rêgo, opositor do deputado na época, como “juremeiros” e/ou “juremada fracassada”, insultos que ecoaram na explosiva campanha de 1976 como um grito de guerra.

Os ventos que sopravam no dia 18 de novembro de 1976 anunciavam o ronco do “volks branco” que à boca da noite descia a estrada que dá acesso ao então distrito de Bodocongó. “Caixões” eram levantados envoltos pela poeira provocada pelo arrasto dos galhos de jurema, um ritual conduzido por tiros e gritos de “juremeiros” anunciando que a procissão macabra chegava às ruas: a “guerra” estava iniciada. Balas e facadas dilaceravam a carne, os ossos e as estruturas das famílias envolvidas no embate: o saldo da batalha foram quatro feridos, um morto e um rio de sangue que permeia a memória daqueles que viveram e sentiram as dores provocadas por uma política que se fez no grito e na bala.

A ciranda da política não para de girar. A década de 1980 simbolizou a afirmação de uma hegemonia e a emblemática campanha de 1988 foi essencial para compor o quadro que se formaria nos anos seguintes.

21 DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

Na disputa de 1982, nenhuma surpresa: com seu nome encabeçando a chapa, o coronel Ernesto do Rêgo ganhou a disputa com uma grande margem de votos, reafirmando seu poderio político no “grande Boqueirão”. Após 30 anos (1959-1989) comandando os destinos políticos de Boqueirão e outros tantos como prefeito de Cabaceiras, “Seu” Ernesto se vê em mais uma campanha eleitoral, não existindo reeleição para prefeito na época, impõe novamente, oriundo do seu curral político, o nome do seu “afilhado” mais valioso para a disputa, Carlos Dunga, tendo como vice, Vital Arruda, um antigo dissidente.

Embalados pela música “Não tem mais cabresto não” e transvestidos pelo lema da renovação, dois vereadores, João Paulo Leal e Manoelzinho Andrade entram na peleja eleitoral de 1988 (ANDRADE, 2013).

O fato da dobradinha Boqueirão/Barra de Santana estava presente em ambas as chapas, demonstrando a importância política do distrito na região. Após uma disputa acirrada, 44 votos²² decidiram a primeira derrota do coronel Ernesto do Rêgo no “Grande Boqueirão”.

A volta de um antigo sonho

A Constituição Federal de 1988 deu poderes aos estados para elaborar as exigências necessárias à emancipação de um distrito. Segundo Vital Arruda (2003), 71 processos entraram em andamento no ano de 1990, mas o Distrito de Bodocongó foi excluído deste grupo, fato que gerou um levante transvestido de terno e gravata, adornado com insígnias legislativas na lapela: eram os deputados da região que pressionados pelas lideranças locais e por interesses próprios corriam em busca da emancipação de Barra de Santana. Contornados os trâmites burocráticos, estava tudo pronto para o plebiscito.

“Vamos nos separar de Boqueirão!”. Foi com este slogan que os líderes do movimento emancipacionista exprimiam seu desejo de se tornarem independentes. Para o plebiscito:

Barra de Santana contava com 6.120 eleitores, dos quais abstiveram de votar 2.628. Votaram 3.492, dos quais votaram “SIM” 2.574 eleitores e 662 votaram “NÃO”, votaram em branco 122 e nulo 134 votos (ARRUDA, 2003).

²² Informações disponíveis em <http://www.trepb.gov.br/she/pages/consulta/resultado_cargo_geral_localidade.jsf>. Acessado em 10, jan, 2013, 10:03.

Dissecando os números, pois estes nos dão possibilidades de análise sobre determinadas práticas, mas não do contexto em que as mesmas estão inseridas (CERTEAU, 1994). Notamos que mais de 50% da população apta a votar não foi às urnas demonstrar sua opinião, se absteve, como também, uma mínima parcela dos eleitores votou contra a emancipação de Barra de Santana. Números que comprovam o desinteresse com o plebiscito e com a emancipação? Talvez. Analisando o contexto da eleição, notamos que a direção do processo ficou a cargo de uma minoria, segundo Antônio Barreto (2013), teve como expoente o sr. Vital Arruda. Salientamos ainda, a precária divulgação sobre o plebiscito e das melhorias que poderiam ser conquistadas com a emancipação, além das querelas internas, onde o ufanismo emancipacionista não atingia todos os cantos do município, a exemplo do distrito de Mororó, que também pleiteava se tornar independente.

Caneta e papel, que em forma de lei, pintaram e historicizaram uma vontade, um sonho, ecoando o grito por “liberdade”. Com a sanção do então governador, Cícero Lucena, pela lei nº 5.925 de 29/04/1994, Barra de Santana tornou-se mais um município do estado da Paraíba.

Os primeiros pleitos de um distrito emancipado

Mesmo emancipado o município precisaria esperar dois anos para tomar as rédeas do seu destino. Em 1996 a eleição em Barra de Santana, a primeira de sua história²³ enquanto município, foi uma extensão da política do “Grande Boqueirão”. Nomes, costumes e práticas foram apropriados e ressignificados. Os dois candidatos que encabeçaram a disputa para prefeito tinham construído sua história na política de Boqueirão; Oscar Ferreira (filiado ao PSDB, era médico), havia sido derrotado por João Fernandes em 1992, o último prefeito do “Grande Boqueirão” e Vital Arruda (filiado ao PMDB, era tabelião), com várias eleições disputadas e com renome em toda região.

Arruda foi o líder do processo emancipacionista de Barra de Santana, candidato com larga experiência, era o nome mais forte e conhecido do pleito, mas a sua sombra, erguia-se a figura do “líder carismático” (SCHWARTZENBERG, 1978), do “doutor” que atende e compreende a massa, este era Oscar Ferreira. Entre o homem dos registros e o das receitas, a população optou “por votar com Dr. Oscar”²⁴. Para o legislativo, cinco cadeiras foram ocupadas por ex-vereadores de Boqueirão (ANDRADE, 2013).

23 Segundo dados do TRE-PB a eleição de 1996 foi à primeira da história de Barra de Santana, por isso, diferimos do autor Severino Barbosa da Silva em sua obra “Marranos na ribeira da Parahyba do Norte”. Nesta, o mesmo afirma que em 2000 foi primeiro pleito a realizar-se no município.

24 Esta era uma das músicas utilizadas por Oscar Ferreira em sua campanha.

Logo no segundo ano do governo de Oscar, este deparou-se com uma grave crise interna, seu vice, Manoelzinho Andrade rompera com o grupo, por motivos que fluem do administrativo ao pessoal e passou a fazer uma ferrenha oposição ao governo.

O embate estava marcado e tinha data e local para acontecer: o ano de 2000, nas urnas do município. A disputa ganhou as ruas. A cada comício as pessoas subiam entusiasmadas nos caminhões “pau de arara”, enrolados nas bandeiras dos candidatos, símbolo da adesão, mas também, para se protegerem da poeira que coloria as grandes carreatas de cinza. Showmícios, animadores de palanque, “Vs” da vitória que se repetiam em cada localidade, em cada rua. Na apuração dos votos, a bandeira da permanência tremulou mais alto que o símbolo da mudança: Oscar Ferreira foi reeleito prefeito de Barra de Santana. Na Câmara, cinco nomes iriam debutar na Assembleia Municipal.

As eleições de 2004 foram marcadas pela troca de roupagens. Cada concorrente foi ao seu armário (aliados e discurso de campanha) e escolheu a melhor indumentária para a peleja. Vadeilson Costa, então vereador do município, entrou na campanha “caminhando e cantando²⁵”, arrastando centenas de pessoas para os comícios e passeatas, mas ele não escolheu a roupa certa para a disputa: seu traje estava cheio de furos, desgastada com o tempo, abandonada no canto do armário, com cheiro de naftalina e comida pelas traças, não lhe caiu bem a roupa que Oscar Ferreira lhe deixou de herança. Enquanto isto, Manoelzinho Andrade remodelou seu traje no melhor alfaiate, e o vestiu novamente, o signo da mudança. Bem vestido, soube focar os erros de uma administração corroída e deformada pelo tempo.

Ao fim da apuração, Manoelzinho pôde encomendar sua nova indumentária: prefeito de Barra de Santana. Uma revanche inesperada. Tudo indicava que mais uma vez Manoelzinho Andrade e Vadeilson Costa se enfrentariam nas urnas, mas na convenção que iria definir o candidato da oposição Oscar Ferreira ressurgiu do ostracismo e é indicado como aspirante ao cargo de prefeito.

A revanche entre o líder carismático, o “doutor” e o “prefeito trabalhador²⁶” estava marcada. Mas o confronto não aconteceu, um dos candidatos faltou ao embate: Oscar Ferreira foi impedido pela justiça de concorrer à eleição e retirou sua candidatura às vésperas da eleição. Vadeilson Costa assumiu a cabeça da chapa, mas a vitória de Manoelzinho já estava garantida. Um caso que ganhou a atenção da população neste pleito foi o suposto atentado ao carro em que Oscar Ferreira estava, mas o fato foi rapidamente esquecido e silenciado.

Em todas as eleições a cidade se dividiu entre dois candidatos, duas propostas, se enfeitou com as cores dos partidos, deparando-se, aqui, com algumas questões: qual é o partido do candidato? É o mesmo da eleição passada? O mesmo da semana

25 Esta era uma das músicas utilizadas por Vadeilson Costa em sua campanha.

26 Slogan de Campanha utilizado por Manoelzinho Andrade

passada? Na política de Barra de Santana, partido é sinônimo de sopa de letras (PMDB, PSDB, PT, PGT, PSB, PSC, PL, PR) e de números (12, 14, 15, 22, 45, 40, 25). Ideologia partidária? Palavras que não fazem parte do vocabulário político do município.

Nesta ciranda política a função do partido se restringe em dar uma legenda para o candidato disputar a eleição, além de emprestar sua cor para enfeitar a campanha e, dependendo da sua força, liberar a verba para apoio à eleição. Se houver outra função, ficou escondida no fundo da sopa de letras e números.

Analisando os dados que o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TER-PB) fornece das eleições em Barra de Santana, notamos um fato curioso: os vereadores eleitos não conseguiram repetir por três eleições consecutivas a mesma legenda, por duas eleições a proeza foi conseguida por pouquíssimos. O fato mais comum é seguir a legenda do prefeito. Estes sofrem do efeito “camaleão”: mudam frequentemente de cor, mas, precisamente de quatro em quatro anos, mudam de partido. Até a eleição de 2008 nenhum candidato a prefeito repetiu a legenda do pleito anterior.

Entendemos, assim, que as festas²⁷, os ritos, assim como as letras de um alfabeto, podem ser parcialmente decodificados, lidos. Neste sentido, nosso olhar se volta para a apropriação feita pelos políticos da festa de Nossa Senhora Santana.

Tradicionalmente realizada no mês de julho, a festa simboliza o batismo do candidato municipal para a eleição. A festa funciona como um plebiscito entre o político e o povo: um teste, um esquadrinamento do seu perfil vai sendo traçado, automaticamente analisado, e ser reprovado ou aprovado, isso depende da sua capacidade e do contexto que o circunda.

Junto com a peregrinação de fiéis em busca de bênçãos e milagres, ocorre uma romaria de candidatos ao governo do estado, a assembleia estadual e federal, assim como ao senado, em busca de adesões e votos. Santinhos são distribuídos, mas com a figura e o número do candidato, pedidos são atendidos (alguns candidatos rasgam dinheiro com seus correligionários), preces e promessas são feitas, aos eleitores. Enfim, os políticos rezam toda a liturgia do *politiques* em busca de votos.

Durante a saída do andor de Sant’Ana da Igreja, dezenas de fiéis se empurram, se acotovelam em busca de um mínimo espaço que os faça ficar perto de sua santa padroeira. Ao mesmo tempo, um fenômeno que ocorre durante o período eleitoral: alguns políticos dividem este andor com os fiéis, numa expressão teatral, transformam o rito e tentam introjetar certos valores no imaginário coletivo²⁸: homem

27 Segundo Del Priore (2000, p. 10) a festa é expressão teatral de uma organização social, a festa é também fato político, religioso ou simbólico.

28 Estas constatações, revelando as normas próprias do mundo político, findam por condicionar toda uma forma de agir, que toma lugar nas estratégias de representação, que se fundamentam na manipulação objetos simbólicos (PROCHASSON, 2005, p. 309).

fiel, religioso, temente a Deus e à Senhora Santana, enfim, se apropriam e ressignificam do espaço religioso.

No espetáculo político de Barra de Santana está presente o desejo do poder, o vigor dos embates verbais. Nas eleições, os fenômenos do entusiasmo coletivo se desenrolam sob o império da dialética relação entre a razão, a paixão e os interesses (PROCHASSON, 2005) que tinturaram as páginas de nossa história.

Dos símbolos e das marcas

Os rios que se encontram debaixo do sol: água e calor dando vida aos cactos, mas também à lavoura, de milho e feijão. Assim, José Berivaldo, autor do brasão e da bandeira de Barra de Santana traduziu a terra que tem em sua base econômico-cultural a agricultura e a pecuária leiteira. Os autores do Hino Municipal, Vadeilson José Bezerra Costa e Sebastião Gonçalves da Silva, além dessas características, elencam as matrizes indígenas para formação cultural da cidade, perpassando o processo histórico de povoação e contatos interétnicos, destacando que o passado revive no presente, nas tradições praticadas, para repercutir um futuro de grandezas. Atribuem à estratégica localização geográfica, a configuração das bases para a emancipação política, encerrando a tradução dos principais símbolos do município, com uma homenagem a seus cidadãos: “Hoje tens pequenina rainha/ no teu povo a tua grandeza”²⁹.

Sem nenhuma referência aos traços religiosos que batizam o município – ideal em um estado laico – estes símbolos oficiais não apresentam atualmente uma força representativa e identitária tão forte quanto justamente as marcas da religiosidade, a saber, da devoção a Santa Ana, como afirma Fellipe Almeida de Andrade (2013), um dos organizadores da festa de padroeira nos últimos anos. Ainda para ele, que assumiu o cargo de secretário de Educação do município entre 2005 e 2012, a propagação e valorização dos símbolos cívicos encontram dificuldades devido à emancipação recente e os interesses dos munícipes estarem concentrados menos em uma identidade cultural coletiva e mais nos partidarismos políticos (ANDRADE, 2013). Este fator acaba por manter menos uma politização do que a efêmera participação em processos eleitorais e consequente privilégio de alguns grupos em detrimento de outros, oportunizando diferenças sociais (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 22).

O sentimento cívico não atingiu, em âmbito municipal, grande parte dos cidadãos barrasantanenses, mas entendemos que, para além dele, os símbolos e as mar-

²⁹ O concurso para escolha dos símbolos municipais foi realizado como uma iniciativa da então secretária de Educação, Joana Áurea Barbosa, em 2000, conforme Vadeilson José Bezerra Costa (2013) e Sebastião Gonçalves da Silva (2013).

cas que a cidade preserva, podem ser contemplados cotidianamente. Quem nos ilustra esse traço é o ex-vereador Lafaiete Alves Barbosa (“Seu” Lafaiete)³⁰, atualmente motorista de transporte alternativo na linha Barra de Santana (povoado de Caboclos)-Queimadas-Campina Grande:

No tempo da chuva é difícil, mas é muito bom. Difícil assim, a gente diz, mas em tempo de... nesse tempo de chuva, a gente, os carro atola, a gente se molha, a gente chega mais tarde, os camim fica ruim, a gente fica parado nos riacho, uma, duas, três horas, até que eles para pra passar, mai Toto mundo satisfeito. Ninguém reclama, tudo satisfeito, tudo alegre, tudo conversando, se perde mercadoria se necessário for, mas todos satisfeito. Agora, nesse período agora mesmo, a gente só vê o povo falar: “ah, mai o dinheiro só deu pra pasta, tá faltando água, né, tá faltando água lá em casa, o gado num bebeu porque o catavento quebrou”, né assim? “O carro pipa essa semana num vei” [...] Agora no inverno é mais diferente... fica mais difícil, mas fica mais bom, o povo mais alegre (BARBOSA, 2013)

“Seu” Lafaiete aponta situações similares, a viagem para a feira, em condições distintas, as cheias e a seca. Apesar de não existir uma identificação imediata de muitas pessoas que vivenciaram e vivenciam estes episódios – no caso de seus fregueses desde 1992 – com os símbolos oficiais, elas protagonizam aquilo que por eles é narrado e, se não existe um sentimento de identidade, existe o compartilhamento de experiências que se tornam também memórias, histórias a serem narradas.

Fontes e Referências

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. (Tese de Doutorado). Campinas-SP, 2001.

ARRUDA, Vital Farias de. Seita de Ageu; Um pouco da história de Barra de Santana; As emancipações políticas; Primeiro Meio de Comunicação; História do Cartório Distrital de Bodocongó; Relatório sobre a educação. Campina Grande: 2003; 2005 (Escritos não publicados).

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BORGES, José Elias Barbosa. As nações indígenas da Paraíba. In: Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil, 2000, João Pessoa. Anais. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000.

BORGES, José Elias Barbosa. **Súmula histórica dos índios Cariris-Fagundes de Campina Grande, Paraíba**. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/actas/index>> Acesso em: 02 jan. 2013 15: 45.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: RG Editora e Gráfica, 1998.

30 As legislaturas de Lafaiete Alves Barbosa foram entre 1997-2000 e 2001-2004.

- CÂMARA, Epaminondas. **A evolução do catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**: Vol. XVII. Rio de Janeiro, 1960.
- JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Parahyba. Thesaurus Editora: Brasília, 1977.
- MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, Paraíba, 1939.
- MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1980.
- PIMENTEL, Cristiano. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande: Edições Caravela, 2001.
- PROCHASSON, Christophe. **Emoções e política**: primeiras aproximações. Tradução: de René Lommez. VARIA HISTORIA. Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p.305-324, Julho 2005.
- PUNTONI, Pedro. **Tupi ou não tupi? Uma contribuição ao estudo da Etnohistória dos povos indígenas no Brasil colônia**. In: Ethnos, Revista Brasileira de Etnohistória. Universidade Federal de Pernambuco – Núcleo de Estudos Indigenistas: Ano 2 Nº 2. Recife, UFPE, 1998, p. 05-19.
- RÊGO, Freud da Costa **O neocoronelismo em Boqueirão (1989-2004)**. Revista de História Alpharrábios. Revista Eletrônica Publicada pela EDUEP – UEPB. Vol. 01 – n/ 01, 2008.
- SILVA FILHO, Severino Barbosa. **Marranos na Ribeira do Paraíba do Norte**. Campina Grande: Agenda, 2005.
- SOCIEDADE PARAIBANA DE ARQUEOLOGIA. Campina Grande, n. 44, fev. 2010. Disponível em <www.arqueologiadaparaiba.blogspot.com>. Acesso em 10, jan. 2013, 13: 09.
- SOCIEDADE PARAIBANA DE ARQUEOLOGIA. Campina Grande, n. 50, jul. 2010. Disponível em <www.arqueologiadaparaiba.blogspot.com>. Acesso em 10, jan. 2013, 15: 23.
- SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo**: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- UCHÔA LIMA, Paulo Florentino. **Sistema de cultivo adensado de palma forrageira sob adubação orgânico-mineral**. Patos-PB: CSTR/PPGZ, 2011.

Fontes Orais

Antonio Barreto. Entrevistadores: Gláucia de Souza Freire; Joabe Barbosa Aguiar, concedida em Barra de Santana, aos 02 de janeiro de 2013.

Antonio Freire Filho. Entrevistadores: Gláucia de Souza Freire; Joabe Barbosa Aguiar, concedida em Barra de Santana, aos 03 de janeiro de 2013.

Antonio Gomes de Aquino. Entrevistadores: Gláucia de Souza Freire; Joabe Barbosa Aguiar, concedida em Barra de Santana, aos 03 de janeiro de 2013.

Fellipe Almeida de Andrade. Entrevistadores: Gláucia de Souza Freire; Joabe Barbosa Aguiar, concedida em Barra de Santana, aos 09 de janeiro de 2013.

José Cabral Oliveira. Entrevistadores: Gláucia de Souza Freire; Joabe Barbosa Aguiar, concedida em Barra de Santana, ao 01 de janeiro de 2013.

Lafaiete Alves Barbosa. Entrevistadores: Gláucia de Souza Freire; Joabe Barbosa Aguiar, concedida em Barra de Santana, aos 03 de janeiro de 2013.

Maria das Mercês do Rêgo Freire. Entrevistadores: Gláucia de Souza Freire; Joabe Barbosa Aguiar, concedida em Barra de Santana, aos 03 de janeiro de 2013.

Sebastião Gonçalves da Silva. Entrevistadores: Gláucia de Souza Freire; Joabe Barbosa Aguiar, concedida em Barra de Santana, aos 03 de janeiro de 2013.

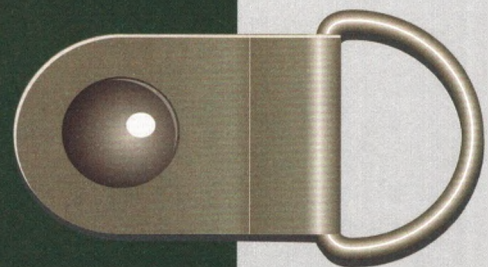
Vadeilson José Bezerra Costa. Entrevistadores: Gláucia de Souza Freire; Joabe Barbosa Aguiar, concedida em Barra de Santana, aos 02 de janeiro de 2013.

Vital Farias de Arruda. Entrevistadores: Gláucia de Souza Freire; Joabe Barbosa Aguiar, concedida em Campina Grande, aos 04 de janeiro de 2013.



LASTRO

CAPÍTULO 2



Lastro pequena cidade, grande história

Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmiento¹

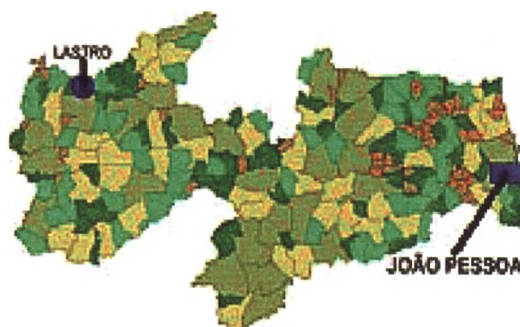


Imagem1: Mapa do estado da Paraíba a cidade de Lastro fica a 458 km da capital do estado João Pessoa. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/fotos/4974/Lastro-pb.html>> Acesso em: 15 jan. 2013.

Antes de começar a falar sobre a história da cidade de Lastro, quero deixar claro que essa pesquisa vai abordar alguns eventos históricos da cidade de uma forma resumida, ainda é preciso mais pesquisas futuras como planejo para que seja mostrado com mais detalhes a história da cidade.

Esse artigo foi fruto de pesquisas que ainda estão em andamento. Trata-se de uma ótica geral que aponta assuntos desde tempos remotos, com os primeiros habitantes, até o último processo eleitoral. Temas como: coronelismo, religião, economia, saúde, cultura e educação fazem parte desse trabalho. Não vi com meus olhos as construções e os primeiros passos da cidade de Lastro, mas tive a oportunidade e a felicidade de ouvir o desenrolar dessa história.

Fundada em 1783, Lastro torna-se oficialmente cidade em 17 de junho de 1963 por força da Lei Estadual número 2048. A divisão territorial só se deu a 31 de julho de 1963 e a instalação do município ocorreu em 31 de agosto do mesmo ano. Faz fronteira com as cidades de: Tenente Ananias, ao norte; ao sul com a cidade de Sousa, ao leste com a cidade de Santa Cruz e a oeste com a cidade de Vierópolis. De acordo com o senso do IBGE do ano de 2010 a população da cidade é de 2.841 habitantes, sua área territorial (km²) 102,670 e sua densidade demográfica (hab/km²) equivale a 27,67.

¹ Graduando história na UFCG/CFP.

O nome da cidade se deu por que o vilarejo era cercado de plantações de feijão, arroz, melancia e outros legumes. Quando a família cearense do Cel. Coronel Avelino Furtado migrou para a Paraíba e se apossou das terras até então desertas deu-se o nome dessas roças de Lastro.

Segundo o dicionário Aurélio o significado de Lastro é: “Camada de pedra britada que forma uma base de superfície resistente ou pesada.” (pp. 419). Os primeiros habitantes do vilarejo denominavam essas roças de Lastro por sua longa extensão algo bastante grande, os Lastros de arroz e melancia se expandiam por boa parte do território lastrense, basicamente onde hoje se localiza a Igreja Católica e as principais ruas da cidade e as serras vizinhas. Terra de muitos coronéis e de proprietários de terras da redondeza como: Vicente Pinto de Oliveira, do Sítio Jerimum; Zuca Sarmiento, do Sítio Roça Nova; José Nestor, de Lastro; Tenente Ananias Gomes, do São Brás; Antônio Sarmiento Nestor, do Sítio Jardim; José Antunes, de Lastro; Joaquim Nonato, do Sítio Boa Esperança e o Coronel Manoel Gonçalves de Abrantes, dono da Fazenda Concórdia.

As terras do povoado de Lastro pertenciam ao coronel Avelino que residia na casa grande no Alto da Boa Vista e depois passou a ser do proprietário José Antunes que era casado com a filha do coronel Avelino, que depois vendeu para o Cel. Coronel Manoel Gonçalves, por um preço ainda hoje desconhecido. Nesse período o índice demográfico do povoado não ultrapassava 500 pessoas, todas trabalhavam nas terras do Coronel Manoel Gonçalves, os chamados moradores, tudo que era colhido nas roças era partido “de meia” com o Coronel, mas depois de algum tempo os moradores conseguiram, por pressão, dividir com o coronel a produção de forma mais vantajosa. Ficando 25% com o proprietário e 75% com os moradores. Um povo sofrido pelo sol que castigava os sertanejos, como também pela falta de renda, o único meio de vida da população era o roçado (agricultura).

As primeiras ruas do vilarejo se localizavam onde hoje é a rua do colégio Ronaldo Gonçalves Sarmiento até o Alto da Boa Vista. O único meio de transporte eram os animais, como o cavalo e o jumento. A principal fonte de água era o açude Grande, localizado no Alto da Boa Vista feito pelo Coronel Manoel Gonçalves, foi um dos primeiros da cidade de Lastro. A população transportava água para suas residências com ajuda de ancoretas (pequenos barris) como também na maioria das vezes usava o jumento para locomover esse precioso líquido, fundamental para garantir a vida humana.

Nascido no dia 11 de novembro de 1889, Manoel Gonçalves era filho de João Gonçalves dos Santos e de dona Maria Abrantes Ferreira, ambos donos da fazenda Concórdia. Alto, esquelético, com olhos castanhos claros e cabelo castanho. Quando ainda morava na fazenda Concórdia visitava o distrito de Lastro selado em seu cavalo

alto, forte e castanho. Logo depois de se mudar para o Lastro comprou o primeiro carro que pisou nas terras lastrenses, um jipe quatro portas, o famoso Jipão.

Manoel Gonçalves às vezes abusava do poderio que conseguiu por ser um grande latifundiário daquela região. Um homem que tinha sobre os habitantes de Lastro um grande respeito, era a policia e o delegado, também ostentava em sua face um estilo extremamente sério como todo nordestino um forte. Para muitos lastrenses um carrasco. Admirava os cidadãos corajosos, rejeitava os moradores preguiçosos. Só poderia ficar em suas terras quem produzisse. Um homem corajoso administrava suas terras e seus moradores de forma rígida, cobrando dos mesmos um bom serviço, costumava subir em cima dos fechos de lenhas para saber se o trabalho estava bem feito, a lenha oscilava se o trabalho estava mal executado. Mas em seu instinto carregava um grande amor pela sua terra natal.



Imagem 2- Foto do coronel Manoel Gonçalves e sua esposa Nestorina Abrantes. Disponível em: <<http://tokdehistoria.files.wordpress.com/2011/08/digitalizar0015-cc3b3pia.jpg>> Acesso em: 17 jan. 2013.

Os moradores do distrito de Lastro plantavam e colhiam durante o inverno. No fim do ano havia a safra de algodão. O povo recebia o dinheiro da produção uma vez no ano. Os moradores compravam o tecido e pagavam para as costureiras fazerem as roupas para vestirem nas festividades solenes do padroeiro da cidade, São Sebastião. A festividade e comemorada do dia 11 de janeiro até o dia 20 do mesmo mês, tradição que ainda hoje vive na cidade.

Essa festa começou quando o irmão do Coronel Avelino que era padre, conhecido como Pe. Raimundo, propôs que seu irmão colocasse um tosco com a imagem de São Sebastião vinda de Portugal no altar da casa grande, fundando assim a primeira igreja de Lastro. As adorações ao santo chamavam devotos de toda a redondeza o pátio da casa grande no Alto da Boa Vista lotava de fiéis. Quando o Coronel Manoel Gonçalves comprou a casa grande a igreja católica de Lastro começou a ser construída no terreno doado pelo mesmo por volta do final da década de 40 para o começo da dé-

cada de 50. Hoje patrimônio religioso e cultural da cidade já foi muito reformulada, mas ainda guarda o mesmo modelo desde sua fundação. As festividades do dia 11 trazem a tradição do passado com a procissão, trazendo a estátua do santo que se abriga na casa grande - a antiga igreja do município, saindo em caminhada até a igreja católica da cidade. A missa de abertura da festa do padroeiro da cidade tem início com o hasteamento da bandeira com a imagem de São Sebastião sendo erguida na frente da igreja pelo senhor Francisco Rodrigues de Oliveira. Tradição que completou em 2014, 48 anos. Tudo começou quando Francisco Rodrigues de Oliveira, popularmente conhecido como Titico Branco estava doente com uma enxaqueca muito forte. Daí dona Maria Abrantes Ferreira, fez uma promessa para quando o senhor Titico curasse a enfermidade hasteasse a bandeira de São Sebastião, mantendo o rito até os dias de hoje.

Nos dias 19 e 20 de janeiro acontecem os leilões em prol da igreja da cidade. Depois das missas e dos leilões tem as festas dançantes que antigamente eram realizadas no mercado público. Hoje a festa acontece em um clube particular. A cerimônia final da festa no dia 20 de janeiro se encerra com a missa e depois a procissão com a imagem do Santo sendo levada de volta para a casa grande.



Imagem 3 - São Sebastião sobre os altares da igreja católica de Lastro. Foto tirada em 2012 na missa de abertura das solenidades da festa do padroeiro.

As cheias deixavam os moradores do vilarejo de Lastro bastante entusiasmados, pois sobrava pasto para os animais durante todo o resto do ano. As moagens também movimentavam o povo lastrense, os engenhos que funcionavam à base de animais, basicamente quatro bois aos pares, puxavam gigantes manjaras de madeira, esmagando as canas em massa, separando a cana-de-açúcar do bagaço. De acordo com o autor da obra: SANGUE, TERRA E PÓ. José de Abrantes Gadelha. O funcionamento do engenho se dava da seguinte forma:

Do paiol a cana é retirada para um tacho que arde a boca de fogo, aquecida pelas chamas da fornalha ardente, entrando em ebulição. Após percorrer seis tachos idênticos, retirada às impurezas, a garapa transforma-se em mel, que o mestre ao dar-lhe o ponto leva-o à gamela, onde o Cacheador com enormes pás de madeira após mexê-lo para que solidifique-se, preenche formas de madeiras transformando no produto almejado, à rapadura. (GADELHA, p. 97)

Um dos primeiros engenhos da região de Lastro foi construído pelo coronel Manoel Gonçalves localizado na estrada de Lastro para Boa Esperança, por detrás da casa grande (primeira casa da comunidade). Atualmente, o antigo engenho foi demolido pelo dono da terra, muitos filhos ilustres da cidade tentam preservar a cultura local com ideias que ainda só estão nos papéis, nada foi feito, mas a luta é para que seja reconstruído no mesmo lugar de antes o engenho para que sirva de memória para as gerações futuras. O projeto também coloca em pauta a criação de um museu com os artefatos usados no engenho velho. Porém, faltam recursos e apoio dos governantes da cidade. Outros engenhos foram construídos nas redondezas como: o Engenho do sitio jardim. Nos dias atuais não está mais em atividade, foi abandonado por seus proprietários, o engenho do sitio Gado Bravo atualmente está em pleno funcionamento nos períodos de moagens. Como também o engenho do sitio Cachoeirinha. Nos dias de hoje a seca massacra a população do sertão nordestino. A cidade de Lastro viveu em 2012 e está vivendo umas das piores secas de toda sua história. Os donos das moagens estão perdendo todo seu plantio de cana-de-açúcar, ameaçando as próximas moagens nos engenhos das terras de Lastro.

O comércio de Lastro iniciou-se no Alto da Boa Vista a rua mais antiga da cidade, com a chamada bolandeira (a feira do vilarejo). Todas as cidades e sítios vizinhos faziam suas feiras na bolandeira. O domingo no comércio da bolandeira era bastante movimentado de tudo um pouco se vendia na feira. O nome bolandeira surgiu da inspiração dos tocos das árvores conhecido como marmeleiros que eram bastante grossos que servia de sentada para as pessoas que visitavam o comércio de Lastro como também os caroços que eram debulhados dos capuchos de algodão, dando nome desse lugar de bolandeira.

Em 1953 foi construído o Mercado Público, pondo fim à feira da bolandeira ao ar livre que foi transferida para o novo ponto de comércio de Lastro. Nessa época construiu-se também o açougue municipal. Ambos construídos na gestão de Dr. Augusto ex-prefeito da cidade de Sousa quando Lastro ainda era distrito daquela cidade. Atualmente os pontos de comércio da cidade se espalham por toda parte com os mercadinhos e supermercados.

A população da pequena Lastro divertia-se com o forró pé de serra, as festas aconteciam no mercado público. Tanto trabalho durante a semana é chegada a hora de descontrair pelo menos por algumas horas esquecer a vida sofrida que marcava o povo de Lastro. Esquecer os abusos, o cabresto colocado na sociedade pelos rígidos donos das terras (coronéis). O forró, música típica do nordestino soava, dentro do mercado público. Os homens convidavam as mulheres para a dança, surgindo as grandes paixões ou início de namoros. Pelas janelas o homem arriscava-se jogando as pedrinhas para chamar sua amada.

As quadrinhas nas festas juninas movimentavam a mocidade, o senhor Antônio Sena foi um dos primeiros organizadores dessa brincadeira cultural em Lastro. As comidas típicas de São João faziam fartura nas mesas, o milho, a mandioca desenhavam os pratos principais. Alegria era a jóia mais bonita do vilarejo de Lastro. Festas na roça, o Maxixe Matuto e o Xaxado tomam o molejo dos lastrenses. Hoje tudo está diferente daqueles tempos passados. As tradições da cidade estão em processo de extinção.

A educação do povoado tem início com a primeira escola (grupo) como era conhecida. Foi oficialmente fundada no dia 17 de julho de 1968. Hoje a escola ainda está em pleno funcionamento com o ensino básico nível III (ensino médio). A escola que ensinou aos lastrenses a ler, ganha o nome de Nestorina Abrantes em homenagem à esposa de Manoel Gonçalves. O tempo que os habitantes da vila tinham era só pela parte da noite, pois trabalhavam o dia inteiro. A educação era bastante ruim só se ensinando a contar e a escrever, sem falar que os cidadãos se encontravam em estado de desgaste, extremamente cansados do trabalho duro que era enfrentado no roçado e o sol que ardia em seus corpos, ultrapassando os poros e desgastando suas aparências. Muitos deles desistiam dos estudos. A exploração que era imposta à sociedade prejudicou e culminou no analfabetismo da modesta, mas também guerreira população de Lastro. A primeira equipe de professores era composta pelas célebres pessoas de: **João Gonçalves e sua mulher Cremeilda Dantas Gonçalves de Abrantes, Alzira Dantas, como também a pessoa de Maria Lizete Sarmiento de Abrantes e Mundinha Abrantes, mulher de Dr. Abrantes.** Em 1985 a cidade ganhou uma nova instituição de ensino a escola Ronaldo Gonçalves Sarmiento, inaugurada no dia 17/02/1985 pelo então prefeito Expedito Gonçalves Nobre. Um projeto vindo diretamente do governo do Estado na pessoa do governador Dr. Wilson Leite Braga. A escola municipal abriga os alunos do Ensino Infantil ao Ensino Fundamental II.

No romance SANGUE, TERRA E PÓ, de autoria de José de Abrantes Gadelha, advogado filho da terra e ex-prefeito da cidade de Lastro descreve em sua fala as dificuldades que a educação enfrentava naquela época. Um tempo em que os nordesti-

nos eram marcados pelas dificuldades e o desafio cotidiano para sobreviver. Onde se trocava a corda de laçar, a enxada e a roçadeira pelos materiais educacionais (livros, cadernos e lápis).

O sertanejo pouco valorizava o estudo; os filhos criavam-se obscurecidos, sem a luz do saber, inteiramente dedicados aos trabalhos dos campos e das fazendas, afeitos aos trabalhos braçais, sem objetividade e idealizações de um futuro melhor. Consistia unicamente no amor à terra, à criação de gado, às chuvas e a nada mais. Escola no sertão era dádiva do criador; raramente apareciam professores os únicos existentes, ensinavam particularmente na cidade de Sousa, aos mais afortunados, distando de Lastro sete léguas (p. 16).

Os pais tentavam de todos os modos dar educação para os filhos. Se sacrificavam cada dia para ganhar uns trocados por fora, principalmente nas moagens para pagar o reforço escolar particular para seus filhos. O suor derramado pelos pais, o gosto junto com os sonhos por um futuro melhor para seus filhos. Hoje é realidade. A cidade de Lastro já produziu e continua produzindo grandes profissionais, tanto na área da educação como nas áreas da medicina e do direito.

A saúde também era um caos na vida dos lastrensens. Quando estavam acometidos com alguma enfermidade, os remédios estavam disponíveis na natureza, os “santos chás milagrosos”. Havia, na feira da bolandeira, modestas farmácias para comprar alguns antibióticos. Se a doença ou o ferimento fosse grave a saída era apelar para a reza - arma forte dos nordestinos daquela época. Por falta de transportes, a locomoção para outras comunidades mais desenvolvidas era quase impossível, muitos cidadãos morreram à mingua por falta de medicamento e transportes. O primeiro posto médico do vilarejo foi implantado onde hoje é a casa que reside o senhor Chico Felinto, na Rua Pedro Abrantes, no centro da cidade.

Vai ser apenas na década de 1980 a construção do primeiro posto médico, na administração do prefeito Luiz Sá. Nos dias atuais foi reformulado e serve à população de Lastro. A maternidade também exerce um grande papel na saúde da cidade construída na década de 70, pelo ex-prefeito José Gadelha de Abrantes, assim como o posto médico já foi muito reformada e hoje tem em sua disponibilidade uma tecnologia mais eficaz para atender os pacientes.

Lastro torna-se cidade por motivos políticos relacionados à eleição da cidade de Sousa. Durante esse período Lastro era distrito de Sousa. O candidato a prefeito Antônio Mariz, do PTB, obteve a vitória graças ao apoio do coronel Manoel Gonçalves que arrastou junto com ele os votos do povoado, os seus moradores que trabalhavam

nas suas terras votaram em massa no candidato apoiado pelo coronel. Dando assim a vitória a Antônio Mariz que obteve 3.876 contra 3.866 votos do candidato da UDN, Tozinho Gadelha, sendo assim uma maioria minúscula de dez votos. Depois de seu aliado ser derrotado José de Paiva Gadelha entra com um pedido na justiça eleitoral para que o Lastro passasse a ser cidade. Pois era freqüente que a eleição fosse definida pelos votantes do então distrito lastrense.

Depois da lei número 2048 ser implantada, Lastro tem seu primeiro prefeito interino o senhor Dr. Abrantes. Que em 1964 entregou para Manoel Gonçalves de Abrantes candidato único eleito pela sigla do PTB, junto com seu vice-prefeito Luiz Abrantes de Sá. Naquela época o candidato a vice-prefeito também era posto em votação, Luiz Sá também do PTB obteve 293 votos e seu adversário Max Sarmento de Sá candidato da UDN obteve 177 votos. Foi a primeira eleição com participação “pública”² da história do município.

A prefeitura municipal foi inaugurada no dia 19 de julho de 1970, construída no mandato do ex-prefeito Luiz Abrantes de Sá. Até hoje vários nomes passaram pela prefeitura da cidade, mas a cidade de Lastro ainda continua estacionada no tempo. Seu desenvolvimento é bastante vagaroso. A prefeitura ainda é o único meio de renda da população. Sai de cena o sistema coronelista e entra em campo uma democracia com cara de ditadura. O verso da música *Admirável gado novo* do cantor Zé Ramalho retrata bem a história da sociedade Lastrense: “Oh... Vida de gado, povo marcado, Êh! Povo Feliz!”.

O hino da cidade de Lastro, escrito por José Carlos de Oliveira foi Oficializado pela Lei Municipal nº 230/2005 de 22 de Agosto de 2005. O autor em entrevista fala sobre a criação do hino:

“Antes que seja tarde, é necessário lembrar que a feitura deste HINO foi uma recomendação da Senhora Francisca MARTA Gonçalves DINIZ, que muita mais que Primeira Dama do Município na gestão 1993/1996, por ser esposa do Prefeito VIVALDO DINIZ, solicitou-me a produção com o carinho de filha do lugar, em indicando estudar obra de Gadelhinha e trabalhos escolares de outros filhos e filhas da terra. Fui mais além e conversei com diversos lastrenses que vivenciaram tempos remotos e outros que conviveram com os ancestrais construtores dos primeiros momentos. Foi ai que conclui isto que tornei uma história cantada” **(José Carlos de Oliveira)**

2 Na verdade a primeira eleição da cidade foi uma eleição de cabresto, imposta pelo candidato dono das terras de Lastro. Os moradores que não prestassem apoio ao proprietário eram expulsos das terras ficando à mercê da própria sorte, migrando para outras regiões em busca de trabalho.

HINO DE LASTRO

Letra e Música: José Carlos de Oliveira

Guardiã qual templário guerreiro,
Esta estrela de vasto esplendor,
Bem do alto de um vale formoso
É defesa do Estado em fervor.

Lastro divino espaço,
Que a grandeza espera e produz,
Lastro pra sempre Lastro,
Um espelho formoso de luz.

Avelino nas páginas primeiro,
Desbravando é teu conquistador,
A traçar os princípios da história
Deus proteja o teu povoador.

Lastro divino espaço,
Que a grandeza espera e produz,
Lastro pra sempre Lastro,
Um espelho formoso de luz.

Derredor de uma fonte nasceste
Dando fruto, e, a colher cem por um
Vais crescer, diz tua profecia
De teus filhos desejo comum.

Lastro divino espaço,
Que a grandeza espera e produz,
Lastro pra sempre Lastro,
Um espelho formoso de luz.

Anseando paz e liberdade,
Filhos nobres e teus coronéis,
Garantiram esta faculdade
E quebraram os laços e anéis.

Lastro divino espaço,
Que a grandeza espera e produz,
Lastro pra sempre Lastro,
Um espelho formoso de luz.

Panorama de encanto e beleza
Teu futuro não terá atalho
O teu lema define em certeza
Povo em “união, força e trabalho”.

Lastro divino espaço,
Que a grandeza espera e produz,
Lastro pra sempre Lastro,
Um espelho formoso de luz.

A estrutura corporal do hino traça a história da cidade a partir do domínio dos grandes latifundiários, partindo desde o primeiro desbravador que se tem conhecimento, Avelino Furtado, até a formação de um grande expoente da política local, Cel. Manoel Gonçalves de Abrantes. O coronelismo foi a base da formação dessa comunidade que ostenta a união, força e trabalho, para continuar vivendo. Esse hino foi em um momento em que se buscava consolidar uma identidade local. O compositor teve como suporte o romance Sangue, terra e pó, cujo autor José de Abrantes Gadelha, já foi prefeito de Lastro e conviveu com muitos dos atores que marcaram os acontecimentos aqui exibidos.

Lastro, conhecida popularmente como cidade do futuro, passou nessas últimas cinco décadas por vários processos, tanto na política, quanto no social. Os habitantes da zona rural e urbana estão cada vez mais se dispersando para outras regiões, pois a mesma não oferece nenhum meio de vida para a população. Uma cidade pacata, mas aos poucos vai ganhando forma e desenvolvimento. A cidade que já foi berço de muitos coronéis, hoje forma grandes profissionais. Um povo que traz estampado em seu semblante origens humilde, mas que são verdadeiros seres socráticos (bons e verdadeiros). Em 2012 a cidade passou por mais um período eleitoral. Uma nova esperança de desenvolvimento e reorganização cultural se espalha em Lastro, outra vez a população reacende a luz do futuro próspero que tanto é almejado. Uma sociedade à espera da alegria, pois a sua história se resumiu em muitos sentimentos amargos, pálidos e injustos para com um povo em seu todo. Escravizados encobertos, oprimidos nas mãos dos coronéis.³

³ Quero deixar meus agradecimentos às pessoas de: Antônio Rufino da Silva, Francisco Alves de Sá (Biró), Francisco Rodrigues de Oliveira (Titico), e José de Abrantes Gadelha pela paciência e gentileza nos momentos em que esses me receberam em suas casas fornecendo muitas informações aqui contidas sobre nossa história. Como também a minha família, em especial meu irmão: Gustavo Sarmiento, meu pai: Raimundo Augusto Neto e minha mãe: Gerlânia Abrantes Sarmiento que sempre estão me ajudando nas horas mais difíceis da minha vida pessoal e acadêmica. É por último e não menos importante, a todos os meus amigos.

Fontes e Referências

ABRANTES, Erasmo Quintino de. **Memórias de um Persistente**. 2. Ed. [S. l.]: Gráfica cartograficos, [19- -].

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio Século XXI Escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GADELHA, José de Abrantes. **Sangue, Terra e Pó**. 1. ed. João Pessoa: União, 1980.

GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte**. João Pessoa: A União Editora, 1986.

QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. 78. ed. Rio de Janeiro: José Olimpio, 2004.

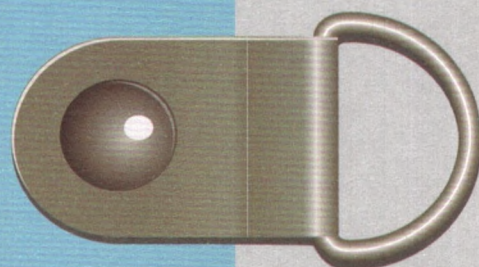
SOBREIRA, Ivan Bichara. **Carcará**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1984.

BOA ESPERANÇA E SUAS TRADIÇÕES. Sousa: Gráfica e Serigrafia Santa Monica, 2011 – Anual.



MARIZÓPOLIS

CAPÍTULO 3



A história de cada um¹...
Deus, pai de bondade
Daí-me saber e valor
Para que eu possa contar
Como a história começou
Da cidade de Mariz
Marizópolis intitulou

Resgatando a memória
De um povo de valor
Valorizamos um patrimônio
Que se fez conhecedor
Dos relatos contados
Por nossos pais e avós

Dr. Otávio Mariz
Com mais vinte e quatro sócios
Formaram uma associação
Nesta terra com sorte
Entre tantos nomes dados
Ficou de Marizópolis...

¹ Simone Lopes de Almeida.

Uma história de Marizópolis

Maria Edvaneide Q. da Silva²

Origem do distrito/município:

Durante o século XVI, aconteciam os desbravamentos, as conquistas das terras paraibanas pelos europeus. E assim foi a conquista da Paraíba, em meio a muitas guerras contra os índios e outros povos brancos. A sua conquista só se deu de fato no ano de 1585, sendo a terceira cidade a ser fundada no Brasil e a última no século XVI. Aqui, no alto sertão paraibano não foi diferente. Os conquistadores Teodósio e Francisco de Oliveira Lêdo, conhecidos por irmãos Lêdo, os primeiros estancieiros do município, após o devassamento da área, por volta de 1723, chegam à região de Sousa e lá começam a ocupação, que após certo tempo se eleva a status de cidade e por meio de decretos são criados os distritos, e, assim surge o distrito de Marizópolis, pela lei estadual nº 2777, de 18-01-1962, subordinado ao município de Sousa.

Muito tempo se passa e o distrito de Marizópolis começa, a curtos passos, a se construir. Relatos de moradores da época, que aqui estamos falando à partir da década de 60, retratam de forma sucinta a forma de vida daquele distrito. Pessoas pacatas, de pouca escolaridade, de economia de subsistência, basicamente eram agricultores, trabalhadores rurais e donas de casa. Nesse período não se tinha eletricidade, nem água encanada. A qualidade de vida era baixíssima. Não dispunha de serviços de saúde, nem de outros serviços de melhoria de vida.

Inicialmente foi chamado de Pedra Talhada, depois Bela Vista e, por fim, em homenagem à família Mariz, recebe o nome de Marizópolis, pela forte influência que essa família representava neste distrito. Foi através de uma associação fundada pelo então Dr. Otavio Mariz³, juntamente com mais vinte e quatro (24) moradores e mais uns colaboradores. Juntos, esses sócios trabalhavam com o objetivo de fazer com que aquele distrito crescesse e se desenvolvesse. Vamos conhecer quem fazia parte desses sócios fundadores:

1. Gorgonho José de Brito – Comerciante e agricultor;
2. José Rocha – Agricultor;

2 Graduada do curso de História da UFCG – Cajazeiras maria_edvaneide@hotmail.com

3 Político influente da região de Sousa

3. João Rocha – Agricultor;
4. Domingos Lopes – Agricultor;
5. Luiz Rocha – Agricultor;
6. Boa Ventura Rocha – Empregador (Algodão);
7. Manoel Pereira – Agricultor;
8. Belarmino Rufino – Agricultor e comerciante de algodão;
9. Teotonho Cartaxo – Agricultor e comerciante de algodão (maior produtor);
10. João Beato – machante;
11. Doca vale – Agricultor e comerciante de algodão;
12. Donona Rocha – Fazendeiro e Agricultor;
13. Mestre Clodoaldo – mestre de Obras;
14. Nezinho Batista – Comerciante (mercearia);
15. Joaquim de Sousa – Machante;
16. Raimundo Antônio – Agricultor;
17. Vicente José – Pescador e Agricultor;
18. João Vicente de Almeida – Machante;
19. Senhor Aflaudízio – machante e agricultor;
20. José Adolfo – agricultor e dono de pensão;
21. João Alves – Comerciante e agricultor;
22. Liberato Ferreira – Vendedor (terço, fogos festivos), agricultor;
23. José Ferreira – Pedreiro (Fez a igreja e o Silva Mariz)
24. Vicente Caica – Barbeiro e gricultor;
25. Custódia Gomes – Agricultora;
26. Otacílio Cordeiro Padeiro (1º padeiro).

Todas essas pessoas contribuíram para o surgimento da cidade de Marizópolis, e hoje são lembradas por dar nome às muitas ruas do referido município, uma forma de homenagear e imortalizar os feitos desses homens e mulheres que também aparecem em forma de estrelas na bandeira do município, para cada estrela é um nome, sendo então vinte e quatro estrelas em diagonal representando assim os vinte e quatro sócios fundadores.

Com a população dividida entre campo e cidade, esses tinham significados opostos onde um complementaria o outro. No então distrito não era diferente. Havia uma população urbana, e havia uma população rural que se complementavam. Aos domingos a população rural se deslocava até a urbe, em busca de mantimentos e trazendo consigo a produção do campo.

Quatro décadas aproximadamente após ser elevada a categoria de distrito de Sousa, Marizópolis vai à busca sua emancipação política e administrativa, tendo em

vista o crescimento populacional do mesmo, e uma necessidade de aquisição de equipamentos que proporcionasse uma melhor qualidade de vida daquela comunidade. Um grupo alternativo surge dessa necessidade, e juntos esse grupo formado por militantes e lideranças políticas fazem movimento reivindicando a emancipação política deste distrito. O s mesmos tiveram êxito, pois no dia 07 de Outubro de 1993, foi publicado pelo Poder Judiciário, Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, a resolução de número 06/93, dispondo sobre a realização de consulta Plebiscitária para criação de novos municípios paraibanos.

De acordo com a publicação, foi marcado para o dia 15 de Novembro de 1993, o referendun popular, onde teriam direito ao voto todos os eleitores inscritos até o dia 10 de janeiro de 1993, no cartório eleitoral a ser desmembrado e que seus nomes constem em lista de votação. Os locais de votação seriam os mesmo utilizados pelo Cartório Eleitoral em eleições passadas Nacional, ou seja, o referendun funcionara da mesma forma e obedecendo aos mesmos critérios de uma eleição normal, com o acompanhamento do Juiz Eleitoral e toda comissão organizadora descrita do Diário oficial do Estado da Paraíba.

Ainda é parte da resolução a composição da sessão eleitoral, sendo assim composto de Presidente da mesa, mesários e secretários cada um com sua função atribuída pelo código eleitoral. A fiscalização ficou a cargo dos partidos eleitorais, podendo esses, designarem delegados e fiscais para cada urna captadora de votos.

É de responsabilidade do Juiz Eleitoral a inteira providência do material utilizado durante a votação e encerramento da mesma. A cédula de votação será confeccionada pela Justiça Eleitoral, nos padrões adotados anteriormente, a mesma traz os seguintes dizeres; “CONCORDA COM A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DESTE DISTRITO?”, e seguido das palavras “SIM” e “NÃO”, antecidos de dois quadrinhos, onde o eleitor manifestará sua vontade, apontando o sinal indicativo pela rejeição ou aprovação da proposta.

No ato da votação, o eleitor comparecera em sua sessão eleitoral munido de documentação de identificação com foto e o título de eleitor. A votação aconteceu durante todo o dia, das 08h00 h às 17h00 h. Após ser iniciado o processo de apuração, onde ficara esclarecida a vontade da maioria, mostrada através do boletim de urna, devidamente assinado pelo juiz Eleitoral, Dr. José Normando Fernandes. De posse desse boletim, identificamos que: do total de 14 (quatorze) urnas foram utilizadas, com um total de 4.128 aptos a votar, desses, apenas 2.602 compareceram às urnas e 1.526 deixaram de votar.

Os resultados do plebiscito foi o seguinte; 2.458 dos eleitores disseram “SIM”, que aprovava a proposta de “CONCORDA COM A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADM-

NISTRATIVA DESTE DISTRITO”, contra 108 eleitores que não concordaram com a proposta. E ainda é mostrado pela ata final da eleição que, tiveram 28 votos em branco e 8 nulos.

E assim, de acordo com a Lei de número 5.915 de 29 de abril de 1994, fica criado o município de Marizópolis, desmembrado do município de Sousa e elevando-se à categoria de cidade, que terá de realizar eleições municipais para a escolha dos seus governantes, eleitos em pleito direto e simultâneo com os demais municípios do País.

Os limites Geográficos

Os limites geográficos do novo município ficam assim estabelecidos;

- Ao Norte, partindo do ponto em que a estrada de ferro RV-C cruza a linha divisória que serve de limite com o município de São João do Rio do Peixe, segue por essa rodovia até o KM 70;
- A Leste segue do KM 70 da estrada de ferro RV-C em zootecnia, sítio Medidora e sítio Túnel, atravessando a BR-230 até a fazenda Queimadas, divisória que serve de limites com o município de Nazarezinho;
- Ao Sul, limita-se com o município de Nazarezinho;
- A Oeste limita-se com o município de São João do Rio do Peixe até a ferrovia RV-C, ponto de partida.

O município de Marizópolis fica distante da Capital João Pessoa cerca de 450 km⁴, segundo o censo 2010, sua população era aproximada a 6.173 habitantes, com uma área territorial de 63.610 km², com a densidade demográfica de (hab/Km²) 97,04 e o gentílico é marizopolense. Atualmente, no ano de escrita deste, tem a frente de sua gestão o prefeito José Vieira da Silva, que está no 5º ano de seu mandato, pois foi reeleito nas últimas eleições municipais.

Curiosamente o atual gestor, o senhor José Vieira da Silva, foi também o primeiro prefeito constitucional do município de Marizópolis. Ele tinha como vice-prefeito o senhor Célio Macário da Silva.

O município de Marizópolis, localizado no alto sertão paraibano, tem seu clima quente e úmido, com vegetação característica à sua região, tem chuvas de verão de 4 a 6 meses, e período de seca de 7 a 8 meses. Tem como bacias hidrográficas o manancial de São Gonçalo, o principal reservatório de águas da região, tem ainda o Rio do Peixe que banha suas terras.

4 <http://www.entrecidadesdistancia.com.br/calcular-distancia/calcular-distancia.jsp>, acessado em 11.06.13, as 14h41min.

Aspectos Econômicos

No aspecto econômico, Marizópolis nos anos 60, era resumido a poucos estabelecimentos comerciais, funcionava no centro urbano e eram basicamente mercearias com poucos itens de alimentação. Bem antes, segundo informação de moradores, na gestão Sousa, por volta dos anos 40, se inicia a construção do Mercado Público de Marizópolis, que veio a beneficiar os poucos comerciantes da época com algumas tarimbas no seu interior que foi usado por muito tempo como ponto de encontro dos senhores e senhoras, bem como servia para que os trabalhadores rurais colocassem seus produtos, oriundos do seu roçado, para comercialização.

O espaço urbano daquele tempo não favorecia os moradores. As ruas sem infraestrutura deixavam aquele aspecto de sujeira. Era possível identificar a presença de animais nas ruas. As mulheres marizopolenses daquela época se restringiam ao espaço doméstico, à vida privada do seu lar. Algumas mais ousadas ou necessitadas se expunham na lavanderia pública para lavar roupas de ganho e assim ajudar nas despesas do lar, bem como ainda tinha aquelas que se dedicava ao roçado, juntamente com filhos e esposos.

A agricultura de subsistência era predominante nestes período, a plantação era de milho, feijão e, o algodão para os de melhores condições financeiras.

Hoje, já se identifica uma qualidade de vida bem superior ao dos anos 1960. Com sua emancipação veio o desenvolvimento socioeconômico da população. Houve um crescimento do comércio local, tendo em vista que a população já tinha sua fonte de renda, uma vez que ao se instalar, a Prefeitura Municipal houve a necessidade de contratação de mão de obra, trabalhador local que investia o que ganhava na própria cidade, e isso impulsionara o comércio local. Com a injeção do capital municipal o comércio se fortalece e com isso já se identifica um ligeiro crescimento nos primeiros anos de administração e um crescimento contínuo do mesmo, hoje, século XXI, já é identificado uma ascensão desses comércio. Exemplos são as grandes construções dos centros comerciais e o alto investimento nos estabelecimento privados. O que não se imaginava nos anos 60, já são realidades crescentes nos anos vindouros, à parte da instalação da máquina administrativa.

A pesca já era predominante naquela época, porém, se resumia ao consumo local e familiar, ou seja, se pescava para seu alimento e o açude de São Gonçalo favorecia essa prática, como favorece até hoje. A diferenciação está no progresso de recursos institucionais, como por exemplo, as associações de pescadores e a recém criada secretaria da pesca no município, que vem promover melhorias para os que aqui eles assistem, com os vários programas ofertados por esses, como o seguro pesca, entre outros.

Aspectos Econômicos

No aspecto econômico, Marizópolis nos anos 60, era resumido a poucos estabelecimentos comerciais, funcionava no centro urbano e eram basicamente mercearias com poucos itens de alimentação. Bem antes, segundo informação de moradores, na gestão Sousa, por volta dos anos 40, se inicia a construção do Mercado Público de Marizópolis, que veio a beneficiar os poucos comerciantes da época com algumas tarimbas no seu interior que foi usado por muito tempo como ponto de encontro dos senhores e senhoras, bem como servia para que os trabalhadores rurais colocassem seus produtos, oriundos do seu roçado, para comercialização.

O espaço urbano daquele tempo não favorecia os moradores. As ruas sem infraestrutura deixavam aquele aspecto de sujeira. Era possível identificar a presença de animais nas ruas. As mulheres marizopolenses daquela época se restringiam ao espaço doméstico, à vida privada do seu lar. Algumas mais ousadas ou necessitadas se expunham na lavanderia pública para lavar roupas de ganho e assim ajudar nas despesas do lar, bem como ainda tinha aquelas que se dedicava ao roçado, juntamente com filhos e esposos.

A agricultura de subsistência era predominante nestes período, a plantação era de milho, feijão e, o algodão para os de melhores condições financeiras.

Hoje, já se identifica uma qualidade de vida bem superior ao dos anos 1960. Com sua emancipação veio o desenvolvimento socioeconômico da população. Houve um crescimento do comércio local, tendo em vista que a população já tinha sua fonte de renda, uma vez que ao se instalar, a Prefeitura Municipal houve a necessidade de contratação de mão de obra, trabalhador local que investia o que ganhava na própria cidade, e isso impulsionara o comércio local. Com a injeção do capital municipal o comércio se fortalece e com isso já se identifica um ligeiro crescimento nos primeiros anos de administração e um crescimento contínuo do mesmo, hoje, século XXI, já é identificado uma ascensão desses comércio. Exemplos são as grandes construções dos centros comerciais e o alto investimento nos estabelecimento privados. O que não se imaginava nos anos 60, já são realidades crescentes nos anos vindouros, à parte da instalação da máquina administrativa.

A pesca já era predominante naquela época, porém, se resumia ao consumo local e familiar, ou seja, se pescava para seu alimento e o açude de São Gonçalo favorecia essa prática, como favorece até hoje. A diferenciação está no progresso de recursos institucionais, como por exemplo, as associações de pescadores e a recém criada secretaria da pesca no município, que vem promover melhorias para os que aqui eles assistem, com os vários programas ofertados por esses, como o seguro pesca, entre outros.

Outro fator que impulsionou o crescimento socioeconômico foi a contemplação dos programas sociais do Governo Federal, onde esses são responsáveis por uma injeção de recursos financeiros que promovem uma melhor qualidade de vida em relação à comunidade dos anos 60. O Bolsa Família com a transferência de renda às famílias de carentes e cadastradas no Cadeunico, disponibilizou no ano de 2012, o valor estimado de R\$ **1.323.380,00**. Isso faz com que só aumente o crescimento do comércio local. O governo Federal vem contribuindo muito para o crescimento e fortalecimento dos pequenos municípios através dos programas sociais e convênios que promovem ações para tais.

Atividades sociais e culturais

No tocante às atividades culturais municipais se destacam desde os anos 60, as festividades religiosas locais, como a festa do padroeiro e outras festividades, como o carnaval e as festas juninas. De acordo com os depoimentos dos moradores que viveram nesse período dos anos 60, eles relatam que já se comemorava a festa do padroeiro com as famosas quermesses e leilões que eram organizados pelos moradores religiosos daquele tempo. Havia também as festas de casamento que eram bastante marcantes naquele tempo. Os pais dos noivos faziam questão de trabalhar e economizar para a festa do casamento dos filhos, que era regrado de muita comida e, como se tratava de um acontecimento não habitual, se convidava todos para essa festa.

Ainda nas atividades culturais, existia um grupo carnavalesco que surge na década de 80 chamado de Juventude Dourada. Como o nome já indica, era composto por jovens marizopolense, e no carnaval iam as ruas com sua batucada e seus trajes para o momento e chamava atenção por onde passava. Toda menina da época queria desfilar no Juventude Dourada, porém, não eram todos os pais que permitiam. Havia certo preconceito pelas famílias daquele tempo. O último ano que o Juventude Dourada saiu às ruas marizopolenses, foi no ano de 2007, encerrando suas atividades.

Com a emancipação de Marizópolis, foram incrementadas as datas comemorativas. Passamos a comemorar o aniversário da cidade em alto estilo com grades festas. Continuavam as festas religiosas, passando a festejar além do padroeiro, Santo Antônio, a festa do Menino Jesus, no mês de Dezembro e o arrecadado das festas que antes ia para a paróquia de Sousa, agora fica em Marizópolis, pois, a igreja que fora construída na década de 40, pelo padre Linhares, passa a ser Paróquia de Santo Antonio de Marizópolis e assim o dinheiro ficava na própria paróquia agora.

Ainda falando da cultura, identificamos que com os programas sociais como o CRAS, são desenvolvidas atividades voltadas para esta área, com o incentivo aos

jovens no Projeto Pró-Jovem, são criados grupos de danças, incentivo ao artesanato local e apoio nas escolas para a promoção de atividades contínuas sobre o tema, e assim fazendo com que a cultura seja repassada e incentivada.

Existe no município uma associação que incentiva a arte local, e é responsável pelo grupo de artesãs do município, recebendo incentivo financeiro para tal prática. Tem um equipamento para a exposição dos artesões, que facilita o desempenho dos mesmos.



Igreja Católico-Antiga

Atividades religiosas

Quando se inicia o povoamento local também se inicia a catequização desse povo. Nessa época de formação, ainda não se tinha o equipamento da Igreja Católica. As missas eram celebradas nas residências dos moradores católicos, costumeiramente na casa do Senhor Domingos Lopes de Sales.

Com o apoio de toda comunidade católica e tendo à frente o padre Linhares, inicia-se no ano de 1940 a construção da Igreja Católica. Toda população católica se articula para conseguir material e ajuda de mão de obra para trabalhar nessa construção. Nesse percurso, já se tinha o nome do santo padroeiro, que se tratava do Santo Antônio, respeitando a promessa de um fiel que após ter recebido uma graça, oferta à Igreja uma imagem do referido santo, e assim ficou acordado o padroeiro, que tem sua comemoração no mês de junho, indo do dia 11 ao dia 13, sendo o dia 13, o dia do Santo Padroeiro.

Com o passar do tempo e o término da construção da estrutura física da Igreja, o pároco Zacarias Rolim, celebra a primeira missa no dia 25 de Dezembro de 1953, dia de natal, e também ficou marcada a inauguração da mesma.

Dois anos após a construção da Igreja Católica, inicia-se a construção das Igrejas Evangélicas, duas no seu total naquela época, a do Senhor Cebinha, denominada Congregacional e a Assembléia de Deus, e os evangélicos tinham a ajuda do Pastor José Emídio Sobrinho e de todas as famílias evangélicas da época.

Com o advento da emancipação política e administrativa veio o progresso e o desenvolvimento local. Isso fez com que as pessoas mudassem seus hábitos também religiosos, uma vez que no início da construção do então município só tínhamos três Igrejas, uma Católica e duas Evangélicas, hoje, contamos duas Católicas, e aproximadamente oito templos evangélicos.

A Igreja Católica que foi construída nos anos 40 passa por uma grande reforma, porém, a quem diga que ela foi reconstruída, tendo em vista que nada do que havia foi mantido, foi reerguido um novo prédio. Para isso, toda comunidade Católica marizopolense se envolveu nessa “reforma”, bem como teve ajuda de toda região, pois a comitiva delegada pelo padre Emanuel, visitava todos os municípios circunvizinhos angariando recursos para manter a obra que teve início no ano de 2008 e se estende até os dias atuais (2014), sendo que está em fase de conclusão, faltando apenas o acabamento. Quando o Padre Emanuel se afastou desta paróquia deixou uma equipe já composta que deu seguimento às atividades já existentes.

Os números de Igrejas Evangélicas aumentaram consideravelmente, com isso eleva-se também o número de seguidores. São pessoas de todas as idades e classes sociais. De acordo com as visitas, e relatos dos membros das Igrejas Evangélicas recém fundadas em Marizópolis, muitas surgem da necessidade do fiel a repassar ou compartilhar os ensinamentos Bíblicos.

Segundo o Pastor Líder da Igreja Pentecostal Aliança com Cristo, o Senhor José Ronildo da Silva, com sede no bairro Vila Nova, neste município. O pastor relata que o projeto da Igreja surge das necessidades que ele identifica, e diz, “há cinco anos tive uma visão que me mostrava uma igreja, não conhecia essa cidade, mas aqui chegando vi que era o lugar das minhas visões”, e tratou de colocar seu projeto em prática. Hoje conta com aproximadamente 30 membros. A Igreja tem como objetivos os projetos sociais para a comunidade carente, as crianças e jovens, porém, por falta de recursos financeiros esses projetos ainda estão só no papel.

A Igreja de Cristo, Mistério Nova Terra, que tem sua sede no Estado do Goiás – GO. Iniciou-se no ano de 2008 e seu Pastor Líder é o Senhor Severino Eloi da Silva, que teve ajuda da Matriz para abrir seu Templo no município.

O Templo do conhecido Pastor “Poroca” foi erguido no ano de 2000, denominado de Igreja Pentecostal Rios de Águas Vivas Jesus de Nazaré, o Maior do Mundo, localizado no bairro Queimadas. Essa congregação é conhecida por ter à sua frente

um pastor que reprime veementemente a adoração às imagens santuário e bater de frente com a Igreja Católica. Seu pastor Líder é o senhor Luiz Lourenço de Sousa.

A primeira Igreja Batista da Cidade chega em 2003. Seus trabalhos são Liderados pelo Pastor Gilberto Braga, tem uma sede e conta com três congregações. Além dessas, existem outras mais⁵.

Enfim, a comunidade evangélica deste município só vem aumentando e com isso a intenção de evangelizar esse povo que aqui se encontra.

Educação e saúde

Princípios de qualidade de vida, solicitação de toda comunidade e responsabilidade das instituições públicas, Educação e Saúde são pontos fundamentais para uma boa administração, e, promoção do bem estar social, e uma saúde de qualidade disponível neste que se forma.

Como já foram abordados, os anos de conquista foram de dificuldades, tanto no campo da Educação como na Saúde. Com o passar dos tempos, foram se ajustando e aos poucos se organizando esse espaço. Como é do saber de todos, a Educação e Saúde são direitos de todos e dever do Estado.

A Educação, durante os anos 60, que aqui está sendo exposta, era uma educação rústica. Havia uma escola apenas, a escola Estadual Dr. Silva Mariz, localizado à rua central, hoje, Belarmino Rufino de Carvalho – 22. Essa escola chega ao então distrito através do governo Osvaldo Trigueiro, no ano de 1950, estando até os dias atuais. Durante este passar de tempo foram realizadas reformas e adequações. Hoje conta com o ensino Infantil, Fundamental I e II, ensino Médio e projeto de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Sua população total nos três turnos conta 523⁶ alunos. Seu corpo docente é composto por profissionais qualificados, com graduação e especialização. É identificado que o prédio necessita de uma nova reforma, pois se encontra em mal estado de conservação e sendo solicitada ao responsável a execução da necessitada reforma.

A rede municipal de Marizópolis sempre teve à frente da Secretaria Municipal de Educação o Senhor José Francelino de Sousa, com formação em História e Geografia, e estudante de Teologia, seu Zé Francelino, como era conhecido cuidou desta secretaria desde a primeira gestão, sendo o único secretário de Educação até a sua trágica morte no ano de 2011, vítima de um grave acidente automobilístico, onde o mesmo teve seu corpo carbonizado no interior do veículo que o transportava da cidade vizinha, Sousa, e nas proximidades de São Gonçalo o veículo perde o controle e se choca com

⁵ Que não foi encontrado nos Templos representantes para detalhar.

⁶ Informação cedida pela Diretora da escola a senhora Jamiliane Olímpio, ano letivo 2013.

outro causando assim este incidente trágico. O município que antes contava apenas 2 (duas) escolas, hoje, são 08 (oito) em todo município, sendo, 05 (cinco) na zona rural e 03 (três) na sede. Sua população conta com aproximadamente 900 alunos, isso em todo município. E, conta com 03 (três) escolas particulares atendendo o ensino Infantil Primário. São elas:

- E.M.E.I.E.F. João Alexandre de Oliveira - Assentamento Juazeiro;
- E.M.E.I.E.F. Doroteu dos Santos Passos – Túnel;
- E.M.E.I.E.F. Francisca Batista dos Santos – Zootecnia;
- E.M.E.I.E.F. Joaquim Viera da Silva – Sítio Belo Horizonte;
- E.M.E.I.E.F. Luiz Peixoto da Silva – Sítio Riachão dos Ribeiros;
- E.M.E.I.E.F. Instituto Joaquina de Paiva Gadelha – Sede;
- E.M.E.I.E.F. Júlia Maria de Carvalho Silva – Sede;
- E.M.E.I.E.F. Vereador João Gonçalves – Sede;

Todas essas Instituições têm como objetivo uma educação de qualidade aos munícipes, tendo em vista os grandes legados no meio educacional deste, a exemplo os primeiros educadores de Marizópolis. Relatos de moradores que presenciaram, contam que a senhora Izaura Dantas, Maria do Carmo, Maria das Neves e o senhor Zé Nascimento, foram os primeiros educadores deste município, ou do distrito ainda, a Dona Izaura foi diretora da escola do Estado e seu Zé do Nascimento foi um grande professor daquele tempo, início do povoamento, contam antigos alunos do mesmo que ele era um ótimo professor e salientam que o mesmo era deficiente físico, não andava e contava com ajuda de sua mãe para desenvolver suas atividades, porém, isso não diminuía sua capacidade, sendo que, antigos alunos seus chegaram à Universidade, a exemplo uma professora do município, a senhora Sandra Juvenal, que teve sua educação primária ofertada pelo “Seu Zé Nascimento” e outros mais tiveram a mesma sorte.

A Saúde pública municipal de Marizópolis, no período de povoamento era precária. Não dispunha de serviços de saúde e quando se necessitava buscava na cidade de Sousa, ou como muitos faziam apelava para os curandeiros, ervas e chás. Muitos marizopolenses nasciam por meio de parteiras, nas suas próprias casas. O primeiro posto de saúde chega à Marizópolis em 1974, através do Dr. Otávio Mariz.

Com o advento da emancipação, a saúde recebe toda atenção do gestor local. E a partir de então tudo passa a funcionar de acordo com as leis que regem o SUS e a Lei Orgânica Municipal. Composto o quadro vigente está o Conselho Nacional de Saúde, que tem como objetivo acompanhar e fiscalizar as ações no âmbito da saúde, bem como formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município.

O que era antes atendido por parteiras e curandeiros, hoje é de responsabilidade do poder local, juntamente com o apoio dos programas disponíveis no Ministério da Saúde, vem promover ações de saúde para toda comunidade. Atualmente é atendido pelos programas de Saúde da Família, com 03 (três) Estratégias de Saúde da Família – ESF, sendo um desses na zona rural, e tudo que se refere às mesmas ações e estratégias; uma Policlínica, que atende várias especialidades, como, ultra-sonografias, ortopedia, pediatria, etc. São identificados ainda vários projetos em andamento, como o Centro Especializado em Odontologia - CEO e o Núcleo de Apoio de Saúde da Família – NASF. Deve estar comprometido, também, com a promoção de mudanças na atitude e na atuação dos profissionais da Saúde da Família e entre sua própria equipe (NASF), incluindo na atuação ações intersetoriais e interdisciplinares, promoção, prevenção, reabilitação da saúde e cura, além de humanização de serviços, educação permanente, promoção da integralidade e da organização territorial dos serviços de saúde.

Símbolos oficiais do município

Bandeira, Hino e Brasão.

Sendo os símbolos uma marca oficial do seu Estado, o município com sua emancipação, e logo no primeiro ano de administração providenciou e oficializou por meio da Lei número 022/97, seus símbolos, Bandeira, Hino e Brasão. Com base na Lei Orgânica do Município. O projeto de Lei foi votado e aprovado por unanimidade e sancionado pelo Executivo municipal.

A Bandeira. De formato oficial recomendado, nas cores Azul, Branco e Amarelo, em duas metades em diagonal e contendo 24 (vinte e quatro) Estrelas, obedecendo à linha diagonal e representando os vinte e quatro fundadores.

O Brasão. Da mesma forma que a Bandeira, o Brasão é reproduzido de forma oficial. Seu desenho destaca as referências municipais como a bacia do Açude de São Gonçalo; o agricultor e seu instrumento de trabalho; a caatinga representada pelos caules em suas laterais, direita e esquerda; a pedra representa o primeiro nome recebido; e o sol, representando o nascimento de um novo município, Marizópolis.

Para projetar esses símbolos o município contou com três personagens importantes. O jovem **Francisco Rodolfo Junior**, na época, ano de 1997, o jovem fazia o 1º ano técnico, filho de Francisco Rodolfo de Melo e de Francisca de Sousa Melo. Seu companheiro de projeto o jovem **Getúlio Salviano Lins de Sá**, estudante da 5ª série e filho de Judi Lins da Silva Sá e Sebastião Simões de Sá; o terceiro e não menos importante é o jovem **Heron Cid Cesar Soares de Madrid**, estudante do 7ª série e filho Marizete Soares Bezerra e José Maria Neto.

Esses rapazes, jovens na época, registraram a sua história no município uma vez que foram os autores dos símbolos oficiais, mostrando que o município já no seu início contava com ajuda de pessoas dispostas a fazê-lo crescer e desenvolver. Tudo aqui descrito está no projeto de Lei municipal.

O Hino. Também tido como símbolo oficial municipal, sua letra foi composta pelo poeta repentista, escritor, professor e advogado **Pedro Bandeira**, paraibano, natural da cidade de São José de Piranhas.

A letra declara em sua melodia a luta que os fundadores tiveram para conquistar seu espaço, ressalta a divisa com o Rio Piranhas e de toda importância no município. O hino foi analisado e aprovado por unanimidade em sessão ordinária, e logo após sancionado pelo poder Executivo. Vejamos a letra do Hino;

Ó Marizópolis eu te quero bem;
Es minha terra
E outra terra igual não tem.

Guerreira nobre de mil desafios,
Vitoriosa em todas campanhas
Edificada entre nossos rios,
Rio do peixe e rio piranhas.

Ó Marizópolis eu te quero bem;
Es minha terra
E outra terra igual não tem.

Os dinossauros marcaram o teu solo.
É muito puro teu oxigênio.
A natureza te embala no colo
Emancipou-se no fim do milênio.

Ó Marizópolis eu te quero bem;
Es minha terra
E outra terra igual não tem.

Ganhaste um lindo relevo geográfico.
Os teus limites te dão garantia.
É apazível o ar hidrográfico.
de São Gonçalo que te acaricia.

Ó Marizópolis eu te quero bem;
Es minha terra
E outra terra igual não tem.

Tua BR duzentos e trinta.
Como uma fita te corta no meio,
o teu celeiro é a tua quinta,
teu padroeiro te prende no seio
Ó Marizópolis eu te quero bem;
Es minha terra
E outra terra igual não tem.

Fruto da luta de herói sertanejo,
fonte de vida da comunidade,
teus filhos bravos te cobrem de beijos,
agradecendo tua liberdade.

Ó Marizópolis eu te quero bem;
Es minha terra
E outra terra igual não tem.

Deus ilumine os teus fundadores,
tua bandeira e o teu Brasão,
símbolos de força, marcas de valores;
MESOPOTÂMIA do nosso sertão.

Ó Marizópolis eu te quero bem;
Es minha terra
E outra terra igual não tem.

Compositor: Pedro Bandeira⁷

É assim com esse lindo hino, que fala exatamente os sentimentos deste povo que tão bem é representada nesta letra.

⁷ Poeta – repentista, Escritor, Professor e advogado.

Fontes e Referências

História da Conquista da Paraíba. – 2ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, resolução nº 06/93; Dispõe sobre a realização de consulta plebiscitária para criação de novos municípios. - 1993.

Poder Judiciário, Juiz Eleitoral da 35ª zona. Comarca de Sousa – ofício nº 330/93 – Ata Geral da Apuração da consulta Plebiscitária do Distrito de Marizópolis. 1993.

Sites utilizados:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=250915> , acessado em 11/06/13 as 14h50min.

<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoFavorecido.asp?Exercicio=2012&textoPesquisa=marizopolis&textoPesquisaAcao=¶mValor=24801626632790&codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&NomeAcao=Transfer%EAncia+de+Renda+Diretamente+%E0s+Fam%EDIias+em+Condi%E7%E3o+de+Pobreza+e+Extrema+Pobreza+Lei+n+10836+de+2004&valoracao=1832251336300&nomeEstado=PARA%CDBA&siglaEstado=PB&valorEstado=66.349.566.200&codigoEstado=15&codigoMunicipio=0486&nomeMunicipio=MARIZOPOLIS&valorMunicipio=132338000&TipoTransferencia=&NomeTransferencia=&ValorTransferencia=>, Acessado em 12/06/13 as 10h10min.

Colaboradores:

Câmara Municipal de Marizópolis – PB;

Cecília Ferreira de Araújo – moradora antiga.

Francisca de Fátima Lopes Furtado – Professora.

Francisca Lopes de Almeida – Professora.

Francisca Tânia Lopes – Professora.

Francisco José da Silva – Professor.

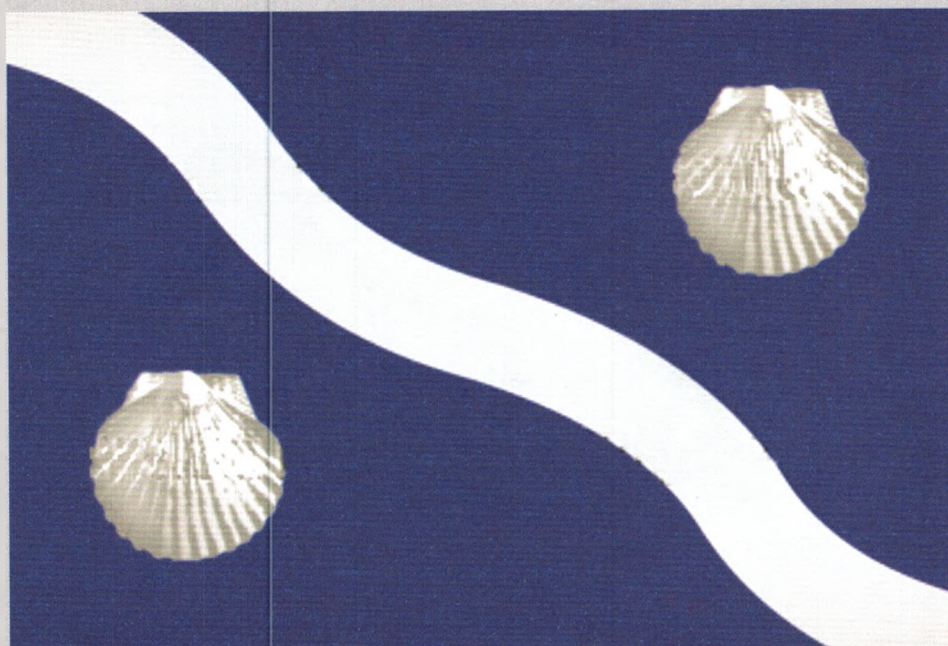
João de Deus Araújo Silva – Pres. Do Cartório Eleitoral da 35ª zona

Maria Belmira Pereira – moradora antiga.

Simone Lopes de Almeida – enfermeira (escreveu a poesia).

Secretaria de Educação de Marizópolis – PB

Secretaria de Saúde de Marizópolis - PB



SÃO JOÃO DO
RIO DO PEIXE

CAPÍTULO 4



HINO OFICIAL DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

(Instituído pela Lei municipal nº 702, de 24 de setembro de 1993)

Letra: Manuel Sinval Ribeiro da Nóbrega

Música: José Renato da Nóbrega

Revisão e adaptação: Antonio Nogueira da Nóbrega

São João do Rio do Peixe, cidade atraente,
Teu passado foi de lutas e de glórias,
De trabalho e progresso, no presente,
Exaltando o teu nome na História.

Adormecemos sobre o teu colo
E despertamos com o fragor do teu rio.
Vivemos da abundância do teu solo,
Enaltecendo o teu povo e o teu brio.

ESTRIBILHO

Ó linda cidade, de aspecto deslumbrante,
És o orgulho do teu povo varonil.
Terás um futuro radiante,
Pedaço de chão do meu Brasil!

Nós consagramos uma devoção
A esta terra e aos teus fundadores
E conservamos, também, a tradição
Do heroísmo dos nossos antecessores.

Os são-joanenses, sempre esperançosos,
Te almejam um futuro mais brilhante
E vão contigo, marchando pressurosos,
Num progresso a passos de gigante.

Entre o rio e o santo: uma cidade

Rivaldo Amador de Sousa¹

Por novos caminhos

O texto que apresentamos aqui é apenas uma síntese de uma história da cidade de São João do Rio do Peixe - PB. Nele buscamos fugir um pouco da velha história, tentando fazer ver o passado da cidade a partir de uma história problema. Nessa perspectiva é possível perceber os diferentes atores sociais que participaram da história do lugar. Dessa maneira, espera-se que a discussão permita e provoque uma leitura crítica sobre as escritas historiográficas desse passado. Partindo de sua fundação, trazemos a tona algumas questões importantes e provocadoras que na historiografia tradicional passa silenciosamente numa bem intencionada fabricação de uma verdadeira memória do esquecimento (MONIOT, 1976).

Sabemos que há uma diversidade de mudanças e transformações por que passaram essa cidade, mas o projeto desta coletânea é apresentar a história de cada município de maneira sucinta. Não é nossa pretensão escrever uma história total – não há possibilidade, seria, no mínimo, pretenciosidade demais - mas apenas, de maneira seletiva e para fins didáticos, apresentar alguns elementos históricos que contribuíram para a formação de uma identidade sãojoanense.

A nossa proposta é fazer uma releitura do passado que nos permita pensar e discutir além do que a historiografia tradicional se deixa ver, se deixa mostrar. Também não é nosso propósito fechar as tantas lacunas abertas ou deixadas por uma história de elite. Estamos tratando de uma narrativa de possibilidade que respeita as discussões da renovação historiográfica e que contempla a todos os grupos sociais e, principalmente, que possibilite a quebra dos silêncios fabricados e de uma memória a que poucos tem direito e que tem beneficiado tão somente àqueles que detêm o poder. Portanto, pensamos numa leitura que instigue a idéia de identidade, relação de poder, diversidade, igualdade e cidadania (SHARPE, 1992).

Apresentação

O Município de São João do Rio do Peixe está localizado na mesorregião do sertão da Paraíba, especificamente no noroeste do Estado, abrangendo uma área de

¹ Mestre em história pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor de história na rede municipal de ensino de João Pessoa. E-mail: riamaso@yahoo.com.br

474. 43 km². Distante, aproximadamente, 485 km da capital João Pessoa. Limita-se ao Sul com Nazarezinho e Cajazeiras; ao Norte com Uiraúna, Triunfo e Poço de José de Moura; a leste com Vierópolis, Sousa e Marizópolis; a Oeste com Triunfo, Santa Helena e Bom Jesus. De acordo com o Censo de 2010 o número total de habitantes do município é de 18.201, sendo no setor urbano 6.066, o que corresponde a 34,3% e 11. 595, ou seja, 65,7%, na zona rural.

Situado na Sub-bacia hidrográfica, o Vale do Rio do Peixe, a sede se eleva a uma altitude de 245 metros do nível do mar. Apresenta clima tropical semi-árido e se encontra dentro do quadro dos municípios que sofrem com o fenômeno da seca no Nordeste².

Entre colonizadores e nativos: quem fica com as terras?

Depois de conquistadas as regiões litorâneas das terras brasílicas, o processo de colonização avançou para os sertões. No interior do nordeste brasileiro a pecuária foi um elemento bastante forte para a sua conquista e povoamento. Os conflitos armados entre os portugueses e os nativos foi um dos fatores responsáveis pela diminuição da população dessa gente a expulsão dos sobreviventes daquelas terras.

No sertão da Paraíba o projeto de ocupação das terras, através da distribuição de Sesmarias, iniciou no século XVII, estendendo-se até o século XIX, período em que estavam estabelecidas algumas vilas e cidades. Os primeiros a possuírem terras nas ribeiras do Piranhas, Piancó e Rio do Peixe foram os descendentes do sertanista Francisco Dias D'Ávila³. É a Casa da Torre, na Bahia que concediam os títulos àqueles que povoassem as áreas interioranas e inabitáveis. De acordo com as cartas de sesmarias, data-se de 1691 a primeira provável posse de terras, requerida à Casa da Torre no ano de 1708, no Município de São João do Rio do Peixe. Dar-se conta que o sargento-mor Antônio José da Cunha, morador da capitania de Pernambuco, tenha sido esse “primeiro desbravador” que, achando-se em prejuízo por conta das “campa-

2 Dados tomados do IBGE. Sítio <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250070>. Acesso em 25 de janeiro de 2014. O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 2010) de 0,608. Apresenta um PIB per capita a preços correntes – 2011 de 5.142,50 reais. Sítio <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250070&idtema=16&search=paraiba|sao-joao-do-rio-do-peixe|sintese-das-informacoes>. Acesso em 23 de janeiro de 2014.

3 Ver: CARTAXO, 1964. p. 61. Os historiadores apontam três linhas de penetração do Oeste Paraibano: a linha de desbravamento oriunda da Casa da Torre da Bahia conduzida por Francisco Garcia D'Ávila e descendentes que seguiam a margem do rio São Francisco; uma segunda linha oriunda do Estado do Ceará, da região do Icó através de Domingos Jorge Velho penetrando no nordeste da Paraíba e seguindo a margem esquerda do rio do Peixe; o terceiro curso, constituído por Teodósio de Oliveira Ledo, proveniente do litoral, cortando a Borborema e seguindo Patos, Pombal e daí tomando a direção sudoeste para encontrar as duas primeiras linhas no Vale do Piancó, onde se torna ponto de convergência (PIRES, 1991, p. 27).

nhas e guerras com o gentio bárbaro”, perdendo gado e escravos, lançou-se a busca de novas terras. E nessa busca toma posse de terras numa região conhecida como *Ribeira do Rio do Peixe* com a justificativa de que levaria para tal região 1.500 cabeças de gado bovino, o que era motivo de sobra para a ocupação. De acordo com alguns historiadores essa prática era bastante comum durante o processo de ocupação dos sertões⁴.

Na primeira metade do século XVIII outras sesmarias foram adquiridas na região da *Ribeira do Rio do Peixe*. O historiador paraibano Celso Mariz (1978, p. 9) afirma que “baianos e paulistas também possuíam naquela região terras e manadas”. Provavelmente sertanistas, desbravadores, vaqueiros adentraram e exploraram essas terras a busca de fontes de água, pastagem ou nativos que ali habitavam.

Apesar de ser comum a existência de conflitos armados entre colonos e nativos durante o processo de posse de terras e povoamento nos sertões, segundo a historiografia tradicional, na *Ribeira do Rio do Peixe* não há vestígios de qualquer atrito entre esses dois povos. No entanto, sabe-se que os habitantes nativos dessa localidade, os chamados *Icós-Pequeno*, - tribo de índios pertencente à nação Cariri - foram expulsos de suas terras e obrigados a buscarem outro rincão para a sua sobrevivência. Estes subiram rio acima e passaram a habitar as terras do Ceará⁵. Possivelmente, os primeiros habitantes da ribeira foram alvos do bandeirante Domingos Jorge Velho, que durante muito tempo explorou os sertões da Paraíba e Rio Grande do Norte “matando índio como quem mata bicho do mato” (ALMEIDA, 1978, p. 264).

O rio e o santo: nasce a cidade, pelas mãos de quem?

O topônimo do município tem suas origens em dois eventos históricos, se assim considerarmos a nomenclatura como um elemento cultural. Segundo a historiografia tradicional, é o capitão-mor João Dantas Rothéa que dá nome ao seu *sítio-fazenda* em homenagem ao santo São João Batista, do qual era devoto. É do termo *Ribeira do Rio do Peixe*, nas margens do qual foi edificada a fazenda, que surge o complemento do topônimo. Atribui-se a criação do termo *Rio do Peixe* aos *Icós-Pequeno*, primeiros habitantes da ribeira. Em diversos documentos oficiais que datam do período de ocupação e povoamento até a autonomia política podemos encontrar diferentes termos que dão nome a vila. Entre eles encontramos: *Villa Real de São João*, *Freguesia de Nossa Senhora do Rosário*, *São João da Vila Nova do Jardim*, *São João de Sousa*⁶.

4 Além desse também adquiriu uma sesmaria ali, nesse mesmo ano, o ajudante Luiz Quaresma Dourado em região dos riachos Cacaré e Poço das Pedras. Ver: TAVARES, 1982, p. 70.

5 Nos registros de Sesmarias são comuns os reclames por parte dos sesmeiros das constantes percas de terras e rebanhos, além de escravos, com os ataques dos nativos em todas as terras que vão sendo ocupadas.

6 Diferentes documentos históricos tais como sesmarias, cartas da Casa da Torre, Livro de Tombo, Cartas da Província expedida pelo presidente etc, trazem essas denominações.

Assim, o topônimo *São João* nasce a partir de uma cultura de elite, somando-se ao termo *Rio do Peixe*, o que podemos considerar como sendo uma cultura política de localização. Durante o processo de ocupação e povoação das terras tomaram-se elementos geográficos como pontos de delimitação territorial e de localização geográfica.

Atribui-se a fundação da cidade ao capitão-mor João Dantas Rothéa que no início da segunda metade do século XVIII⁷, provavelmente 1765, - proveniente da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso na região de Piancó onde era juiz ordinário - se estabeleceu na ribeira do Rio do Peixe e ali ergueu uma fazenda de gado, dando simbolicamente início ao que viria ser, um século depois, um núcleo urbano.

Entretanto, levando em consideração o conceito do termo *fundação* que trata do ato de fundar, “assentar os alicerces de, edificar desde os alicerces, construir” (FERREIRA, 1999), a atribuição dessa ação a uma única pessoa “cai por terra”. Ora! apenas aqueles que adquiriram sesmarias, fazendas de gado foram os fundadores das vilas? Onde se encontra a gente pobre, homens livres e escravos, que eram os verdadeiros responsáveis pelo desenvolvimento de todas as atividades e que davam vida ao cotidiano local?

De acordo com os registros de inventário de 1853, nos últimos anos do século XVIII já havia, “às margens do Rio do Peixe, um aglomerado de casas de taipa, cobertas de telhas, uma delas com 17 portas e 14 janelas com sótão e senzala”. O seu “piso era de barro amassado” e tinha “portas de madeira pesada com fechaduras grandes” (CARTAXO, 1975, p. 101). Há aqui diferentes informações que nos permite construir algumas proposições sobre as habitações e a povoação do núcleo urbano e da região.

Não podemos deixar de levar em consideração que a inospitalidade do lugar promoveu diferentes obstáculos ao povoamento desse território. Portanto, são os homens e mulheres que trabalhavam de sol a sol que mais sofriam com a tamanha adversidade regional. Como a maioria dos sesmeiros que possuíam terras no Sertão, mas habitavam a capital, é de se pensar que Rothéa ao vir morar na ribeira já teria enviado para lá homens com o objetivo de explorar as terras e cuidar do gado. É bem verdade que essa gente sem terra, vaqueiros, roceiros construíram suas casas nesse chão. Com a sua mudança Rothéa – e outros fazendeiros -, possivelmente, trouxe consigo, além da família, homens livres e principalmente escravos para o desempenho de práticas laborais exercidas manualmente em diferentes atividades: o desenvolvimento de atividades agrícolas, tais como o preparo da terra e o cultivo de algumas culturas;

7 O primeiro povoado a se constituir no Vale do Rio do Peixe foi a atual cidade de Sousa, recebendo a princípio o nome de Jardim do Rio do Peixe em terras pertencentes a Francisco Dias D'Ávila. Por volta do período que se estende de 1730 a 1732, o seu fundador, Bento Freire de Sousa, construiu, sob a invocação de N. S. do Rosário, a primeira igreja. A partir do núcleo desse povoamento nascia a cidade de Sousa. Ver: CARTAXO, 1975. p. 101.

o trabalho com o gado bovino e outros animais da fazenda; os afazeres domésticos executados por homens e mulheres.

No entanto, os documentos oficiais não registram a existência e participação desses profissionais, escravos e/ou homens livres. Geralmente os colonizadores de terras interioranas eram se não diretamente portugueses, mas descendentes destes, e considerados “brancos de sangue azul”, “civilizadores dos sertões”. Então, qual a origem daqueles que cultivavam as terras e/ou que cuidavam de toda a criação de gado? Como era o cotidiano local? Onde essas pessoas repousavam e praticavam a sua vida privada? Como eram as suas habitações? Quais as relações entre eles e o dono da fazenda? Que relações de poder foram construídas a partir desse núcleo tendo em vista a terra ser propriedade apenas de uma, duas ou três pessoas?

Essas questões nos permitem pensar na constituição e desenvolvimento da pequena povoação de São João a partir do núcleo da fazenda e das residências da população pobre, aqueles que não possuíam terras e que se valia de senhores donos de terras, oferecendo sua mão-de-obra em troca de sua sobrevivência.

Voltando às questões propostas pensemos que, embora as edificações de pau-a-pique não exigissem mão de obra qualificada, elas requeriam conhecedores dessa arte. Quem as construiu? Foi o fundador? Um segundo problema: se as portas da maior casa eram trabalhadas e pesadas então foram ou trazidas de alguma cidade ou fabricadas ali mesmo por um especialista, um carpinteiro, um artesão. Mesmo que não tenham sido postas no princípio, é verdade que exigiu transporte e profissionais que trabalhavam em construções para desenvolver tal atividade.

Outro elemento a se pensar é a mobília da casa do senhor dono de terras. Mesmo que não tenha lá seus requintes, o mobiliário se constituía de objetos de adorno interior do ambiente que oferecia certo “conforto” à família. Alguns deles como mesas, camas, baús, bancos, cadeiras fabricados de madeira e/ou de couro, além de louças, prataria e porcelanas eram considerados sinais de poder aquisitivo. Além de tudo isso, essas residências não demoraram muito para que fossem substituídas definitivamente por casas de alvenaria.

A situação da população pobre era muito diferente. Como era comum nos períodos colonial e imperial, estado que ainda irá persistir no século XX, as casas dessa gente eram pequenas e de poucas divisões internas, entre um a quatro cômodos. E por não haver quase mobília, também não oferecia nenhum conforto. Além de tudo isso, essas habitações não tinham qualquer aspecto de higiene. Elas ofereciam condições para a sobrevivência e multiplicação de diferentes espécies de insetos e ratos, principais disseminadores de parasitas transmissores de doenças.

Embora não se tenha qualquer registro que trate da participação dessa gente pobre, como já afirmamos acima, no entanto, é possível encontrar nos documentos uma presença silenciosa, mas bastante forte desse sujeito da história, denominado por Certeau de “homem ordinário”. Essa gente que não tinha terra, que não tinha casa também não teve direito a uma memória e, portanto, foi silenciada e esquecida pela história durante séculos.

Mas a cidade de São João não se fez apenas de edificações e se instituiu município e cidade pelas mãos de uma elite. Apesar de tudo isso, é necessário lembrar a participação bastante forte de toda uma população pobre. Esses atores sociais também instituíram valores, promoveram conflitos, constituíram linguagens e práticas culturais a partir de suas vivências, de seus desejos, sonhos, dissabores, de uma economia de experiências na família, no trabalho, no lazer. Assim, o movimento desses elementos permitiu a construção de uma identidade são-joanense.

Em movimento: as primeiras ruas e as constantes reconfigurações e ressignificações do espaço urbano

Entre o conjunto de casas de pau-a-pique construídas próximo à “casa grande” existia uma que guardava uma imagem da santa e servia de espaço para as práticas de rituais do catolicismo. Tratava-se de uma pequena edificação também feita de taipa, cujo padroeiro era, não o santo São João Batista, mas Nossa Senhora do Rosário. Durante o período de 1855 a 1863 foi edificada a Igreja Matriz, fato que levou a criação da Freguesia de São João pela lei Provincial Nº 96 de 28 de novembro de 1863. A edificação se tornava um destaque por sua monumentalidade em relação às outras edificações ali existente. Com isso a povoação já tinha alguns critérios, à época, para elevar-se a categoria de vila, o que vem acontecer em 1881, sendo, nesse mesmo ano, desmembrado do município de Sousa, ganhando assim autonomia política administrativa e territorial. A sua elevação à categoria de cidade acontece em 30 de março de 1938. Em 10 de abril de 1940, por meio do decreto-lei estadual nº 39, foi criada a comarca com o próprio termo de sua jurisdição (SOUSA, 2005, p. 19).

Para o desgosto de muitos de seus habitantes o seu topônimo é substituído, em 1932, pelo nome de Antenor Navarro em homenagem ao interventor do Estado morto em um acidente aéreo ocorrido na Bahia. Tal denominação somente foi retirada no ano de 1989 por meio da Constituição estadual e substituída pelo topônimo de origem.

No princípio da segunda metade do século XIX, a vila já contava com quatro ruas voltadas para um largo, espaço urbanizado somente na segunda metade do século seguinte. Nas construções era predominantemente o estilo pombalino, edifica-

ção com prédios conjugados, casas geminadas, de uma porta e duas janelas e com telhado em dois planos. Na década de 1880, “contava a vila 40 casas residenciais, 10 casas comerciais ..., uma igreja, uma cadeia e um cemitério, 500 eleitores e uma intendência”. Somadas àquelas, os edifícios onde funcionavam os órgãos públicos. Entre estes: a Câmara de vereação que, no princípio, subsistiu em um prédio edificado ao lado da Igreja Matriz no ano de 1860, data gravada em seu frontispício como era de costume em prédios públicos coloniais e templos religiosos. Ali funcionou a “Casa de Câmara e Cadeia”, assim denominada até o advento da República; a intendência, que por algum tempo também funcionou naquela repartição. Os correios, inaugurado em 05 de dezembro do ano 1888, o foro e a cadeia pública. O comércio, praticamente inexistente, sobrevivia das pequenas mercearias ali contadas e que eram mais visitadas durante as feiras semanais (CARTAXO, 1975, p.118).



Imagem 1: Igreja Matriz N. S. do Rosário e o seu antigo cruzeiro destruído alguns anos depois. Imagem de 1924. (Fonte: Acervo da Sra. Neuminha, São J. R. do Peixe - PB)

O escritor e estadista José Américo, em sua obra *A Paraíba e seus Problemas*, editada pela primeira vez em 1923, faz uma ligeira referência ao setor urbano: “... em São João do Rio do Peixe que eu deixara emperrado numa imutabilidade de 50 anos, se construíam mais de 20 casas...” (1980, p. 375)

A evidência de que ocorreu um desenvolvimento urbanístico na década de 1920 é encontrada nos relatos orais. Um desses relatos anuncia a construção de algumas residências ali. Nascida no sítio Varzinha, a senhora Orcina Pires, viveu ali os seus primeiros oito anos da “doce infância”, tendo, durante esse lapso de tempo, pouco contato com a cidade. Mas em 1927 passou a morar com seus avós na urbe. Ela lembra o processo de ocupação do espaço urbano que aos poucos redefinia a cidade. Nessa época a cidade...

era isso aqui... só tinha essa rua daqui...[Rua Tab. José Cândido Dantas] (TARGINO, 2002). Não tinha a casa de Alcindo Bernardo, tinha de lado.(...) Tinha uns cinco prédios antigos que era até de Liberato. Pra lá tudo era mata. [para o norte da mesma rua]. Ali tinha uma lagoa, tinha umas casinhas (leste, próximo a rua do Cruzeiro). ... Entre Sr. Alexandre ...e a de madrinha Julhinha, minha avó, era um curral quando cheguei aqui. Era um curral, ... um curral de gado. Aí, depois foi crescendo, foi aumentando. Essa rua aqui [rua Trav. Antonio Gonçalves] foi feita, construída em 27 [1927].

Valentim Gonçalves fez aquela dele, reformou em 29. Pe. Jácome fez, Pe. Barbosa fez aquela que morou o Pe Jácome. Pituxa, fez aquela muito boa (construções próximo ao edifício da atual Câmara de vereadores). Valentim fez a frente muito bonita aqui... A padaria de Valentim era aqui. De 1929 pra 30 ele fez a padaria.

A construção dos prédios públicos que marcaram as décadas de 1920-1940 acabou por redefinir o plano urbano. Uma delas foi o mercado público concluído em 1918. Sete anos depois foi construída na parte noroeste do centro a estação ferroviária. Durante essa época são também edificadas as casas dos ferroviários e do mestrelinha, estabelecidas em pontos diferentes ao longo da antiga rua 4 de Outubro (Atual Av. Jacob Frantz). Nessa mesma rua são construídos o primeiro grupo escolar Joaquim Távora (hoje Frassinete Bernardo) em 1932, a praça Pe. Joaquim Cirilo de Sá em fins de 1930 e reurbanizada na década seguinte. Nas proximidades foi concluída, em 1944, a capela de São Francisco. Também em 1932 foi erguido o prédio da empresa de correios e telégrafos, obedecendo ao estilo arquitetônico adotado pelo Estado. No início dos anos de 1930 é construído um novo cemitério relativamente distante do centro. (SOUSA, 2005). Grande parte dessas casas construídas durante a referida época expressa estilos arquitetônicos variados tais como a arte *nouveau*, a arte *décor*, o estilo eclético. Nos anos 1920 e 1930, por exigência do projeto nacional de urbanização, foram feitos os frontais das casas das principais ruas elaborados cuidadosamente por mestres-de-obras.

Essas transformações materiais foram acompanhadas também por mudanças imateriais. Um exemplo disso foi a designação dos nomes das principais ruas, que por força do decreto nº 47 de 25 de janeiro de 1932 passaram a ser denominadas por datas cívicas e “vultos da pátria”. Foi dessa maneira que a Câmara Municipal nomeou, sem consultar a população, os primeiros logradouros. Essas mudanças geopolíticas foram reflexos de transformações políticas por que passaram o Brasil em 1930.

A denominada “coluna da hora” com o seu famoso relógio quadrangular no alto fora concluída nos fins dos anos 1940. Essa construção, realizada no centro da Praça da Matriz, tinha um objetivo fundamental: oferecer outra visibilidade a cidade. Logo em seguida esse mesmo espaço fora arborizado com *ficus*. Durante essa época, tornou-se comum o uso dessa árvore em locais públicos a serviço de uma estética de urbanização nas cidades. Assim também surgiram os bancos que tornou o ambiente convidativo e propício a prática do lazer.



Imagem 2: Praça da Matriz, aproximadamente em 1957. (Fonte: Acervo da senhora Selma Pires, São João do Rio do Peixe-PB)

Outro espaço público que sofreu mudanças significativas durante as décadas de 1930 e 1940 foi a praça Pe. Joaquim Cirilo de Sá. Este era um largo terreno, situado em área paralela à estação ferroviária. Esse espaço se tornou um *lócus* de entretenimento porque para lá convergiam todos aqueles que apreciavam a passagem do trem e/ou que iam embarcar ou desembarcar nesse transporte. Na verdade, o fluxo de pessoas ali exigiu a interferência do poder público na implantação de equipamentos urbanos, tais como: a pavimentação, a construção de um coreto e a disposição de bancos, arborização e iluminação. De acordo com algumas entrevistadas, esses encontros eram festivos e sem eles a cidade não tinha vida.

O antigo coreto, sinônimo de sociabilidade, fora destruído na década de 1970, tornando-se mais um espaço abandonado pelo poder público. Na década de 1980, a beleza e o vigor dessa praça já não existiam mais e nessa “cultura do desprezo” do que é público a prefeitura acabou doando o terreno para a construção da sede do Banco do Brasil, onde ainda hoje funciona.

Os equipamentos urbanos: novas sensibilidades e sociabilidades?

Enquanto as capitais brasileiras experimentaram e ensaiaram os signos do moderno nos fins do século XIX e início do Século XX, as regiões interioranas passaram por essas experiências já um pouco mais tarde. Para a cidade de São João do Rio do Peixe o século XX promoveu as maiores mudanças que aconteceram ao longo de sua história. Com o advento da ferrovia e o surgimento de outros elementos considerados signos do moderno, a cidade apresentou algumas novas configurações que, de certa forma, ressignificou os seus espaços e promoveu um relativo crescimento. Assim, o trem, o automóvel, a luz elétrica, a construção de praças e prédios públicos redefiniram e ressignificaram o espaço urbano, permitindo, com isso, a vivência de experiências de novas sensibilidades e a constituição de uma maior sociabilidade.

A inauguração da luz elétrica ocorrida em 1934 foi comemorada festivamente com direito a foguetões, discursos, bênçãos e festa dançante madrugada adentro. Essa novidade representou mais uma nova conquista da sociedade são-joanense. No entanto, é preciso considerar que a população pobre não teve acesso a esse moderno equipamento em suas residências. A rústica rede elétrica estendia-se apenas no centro da vila e era movida a um motor a diesel. As lâmpadas elétricas permaneciam acesas até as 22:00 horas quando, através de um sinal luminoso, era comunicado a aproximação do desligamento e, enfim, as lamparinas voltavam a iluminar os recintos das residências cujos moradores se encontravam acordados.

Com a iluminação elétrica as pessoas permaneciam mais tempo nas ruas, sentados às calçadas e/ou caminhando na Praça da Matriz. De certa maneira a luz elétrica permitiu o prolongamento de atividades diárias e a existência maior de lazer.

Até o início da segunda metade do século XX, o acesso à água potável era privilégio de poucos. Alguns habitantes tinham seu poço artesiano no quintal de sua casa e usavam em todas as atividades domésticas. Outros compravam o líquido ou pagavam aos carregadores de água para abastecer os seus recipientes, geralmente fabricados artesanalmente, conhecidos como potes de barro. Entretanto, a maioria da população não tinha a mesma sorte. A gente pobre que não era beneficiada por esse tratamento se abastecia de outros mananciais tais como as denominadas popularmente de “cacimbas de areia”, ou seja, pequenas escavações feitas no leito do rio e que lhes serviam especialmente para beber. A origem da água para as práticas de higiene no interior das residências geralmente era outra. Esse líquido, muitas vezes turvo, advinha do rio e/ou de lagoas, onde comumente animais bebiam e se banhavam; pessoas tomavam banho; lavadeiras deixavam limpas as roupas, além de servir de depósito de dejetos fecais. Portanto, ambientes propícios à proliferação de corpos nocivos à saúde pública.

Ali era uma lagoa. O povo tirava água da lagoa pra lavar prato. Eu não sei se tirava pra beber. Eu não sei. Aqui tinha um botador d'água que chamava Zé Ladainha que botava água lá em casa... Muita gente com a cabaça na cabeça ia trazer água pra casa, não é? (Dona Orcina Pires).

Trata-se dos anos 1920-1940, nas proximidades da conhecida popularmente "Rua do Cruzeiro". Essa prática insalubre arrastou-se por algumas décadas para progredir numa marcha lenta até ser substituída, através do poder público, pelo abastecimento d'água. Esse sinal de salubridade incipiente ocorre nos anos de 1956-1960 por meio de chafariz. O primeiro foi construído numa área aberta localizada na margem inferior ao edifício dos Correios e Telégrafos, mais precisamente no cruzamento da rua Lourival R. da Nóbrega com a rua Tab. P. M. Brito. Esse sistema de abastecimento, em que pese, não vem proporcionar o conforto doméstico da água encanada - este sim, um sistema por excelência -, constitui um avanço em relação ao modo anterior de abastecimento d'água. Somente nos anos 1970 é que esses melhoramentos são efetuados pela esfera pública e, a partir daquele momento, brota um benefício há muito desejado.

Também nessa mesma década foram construídas as galerias de esgotamento sanitário, ao longo das principais ruas. Galerias essas - ainda hoje em pleno funcionamento com algumas substituições - que recebem os dejetos e levam para dentro do rio. Anterior a esse equipamento as residências eram dotadas de fossas sépticas, onde os excrementos eram depositados e quando acumulados eram retirados por profissionais e, em geral, jogados no leito do rio. Esse curso d'água continuou sendo usado de maneira mais intensa como canal de recepção de todos os dejetos, constituindo-se no que é hoje visto como um ambiente degradante, uma natureza quase morte e com sua vida parcialmente comprometida como consequência da ação direta do homem em seu bioma⁸.

Além da luz elétrica, abastecimento d'água e saneamento outros elementos do moderno aportaram na cidade. Entre esses, o rádio. O primeiro aparelho receptor que se tem notícia chega à urbe no ano de 1934. Sendo uma novidade e custando elevado preço, de princípio apenas as pessoas que detinha certo poder aquisitivo desfrutavam de um aparelho de rádio em sua residência. Esse novo bem de consumo ocupava um espaço de destaque na sala e sempre que trazia notícias nacionais e novelas detinha o poder de paralisar a todos. Poder substituído pela TV a partir do final da década de 1970.

⁸ No ano de 2004 foram feitos estudos de pesquisa ambiental em todo o município de São João do Rio do Peixe, coordenados por professores da Universidade Federal de Campina Grande. Esse estudo foi concluído com a elaboração de um dossiê composto de dois volumes, apresentado e entregue cópias aos representantes dos poderes públicos na esfera municipal. O documento avalia o nível de impacto ambiental que está comprometendo a vida dessa bacia hidrográfica e denuncia as práticas abusivas que tendem a comprometer o bioma do vale do rio do peixe e a saúde pública da população são-joanense. DOSSIÊ DE AMBIÊNCIA. Campina Grande: UFCG, 2004.

Mas essa atenção não foi dispensada apenas ao rádio e sucessivamente à TV. O cinema também se fez presente ali, não tão fortemente como em Cajazeiras e Sousa, por exemplo, mas deixou suas marcas ainda lembradas por aqueles que vivenciaram as décadas de 1960 e 1970, principalmente. Devemos lembrar que em décadas anteriores a região recebia constantemente o cinema ambulante. Prática explorada por particulares que viam nela um bom negócio. Também foi explorada pela igreja católica. Tratava-se de um projeto político com cunho pedagógico, no sentido de frear os “maus costumes” trazidos pela sétima arte. Assim, ela se fazia presente através de filmes de cunho religioso e moralista com exposições sempre no interior do mercado público.

Mesmo assim, a cidade teve uma casa de cinema, construída exclusivamente para esse fim. Situado na rua Tab. José Cândido Dantas, em posição quase frontal com a residência do professor Antônio Nogueira. Após a sua desativação tornou-se sede do Banco do Brasil por alguns anos e depois depósito e comércio de bebidas.

A estrada de ferro e o algodão

O algodão adentra as terras do Oeste da Paraíba ainda pelas mãos dos nativos para fins artesanais. Sabe-se que desde o século XVIII havia nas áreas férteis do Vale Rio do Peixe terras produtoras do arbóreo conhecida popularmente como *Lagoa dos algodões*. Com o povoamento e a incessante demanda por essa matéria-prima no mercado internacional o denominado *ouro branco* tornou-se a principal cultura a ser cultivada na região. Contudo, o transporte da lã dificultou o impulsionamento do desenvolvimento da produção algodoeira. Até início do século XX os caminhos existentes entre o sertão e as áreas litorâneas eram veredas abertas pelos índios, conhecidas pelos “desbravadores” e reabertas pelos habitantes que as colonizaram, como o chamado “Caminho das boiadas”. Assim, o transporte da lã era feito no lombo de burros e conduzidos por tropeiros até Campina Grande ou Mossoró, principais centros regionais de onde se abastecia o mercado local.

A construção dos reservatórios hídricos de Pilões, Engenheiro Ávido e São Gonçalo exigiram todo um maquinário pesado necessário para o desenvolvimento das atividades de escavações. A construção da malha ferroviária até a cidade de Sousa veio atender especialmente essa necessidade. Com a conclusão da instalação dos trilhos, o primeiro trem chega à vila de São João em 1922, mas a estação ferroviária somente será concluída três anos após essa data. Ligada a capital cearense através da estrada de ferro, São João do Rio do Peixe encontra-se mais importante no cenário regional por tornar-se ponto de parada obrigatória do mais moderno meio de transporte. O trajeto da malha ferroviária por essa vila é considerado por historiadores e memorialistas como sendo uma conquista do então deputado estadual Padre Sá.

Em quase todo o município já existiam as denominadas bolandeiras, localizadas nas áreas rurais. Tratava-se de mecanismos manuais que separavam a lã do caroço do algodão e que evoluindo para a máquina a vapor como as de major Zé Antonio e a do senhor Zé Batista, no sítio Araçás. Logo essas máquinas foram substituídas por motor a diesel e transferidas para a zona urbana. No ano de 1934 o Sr. Luiz Bernardo de Albuquerque transferiu a sua fábrica a vapor da fazenda Barra do Bé - situada ao leste da sede - onde fundou em 1917, para a cidade e fundou a Fábrica São Luiz onde beneficiava algodão, óleo e arroz. Outros industriais e fortes comerciantes também se estabeleceram em São João, atraídos pelo fator econômico principal, o algodão, e o próprio movimento do mercado. Entre estes, são lembrados alguns, como Sérgio Ribeiro Maciel, proprietário de uma indústria algodoeira situada nas proximidades da vila, na denominada Fazenda Velha. Em 1948 é fundada a Empresa algodoeira São João conhecida como *Prensa Rio do Peixe* organizado por Bernardo & Cia, nas adjacências do cemitério. Outro importante empreendimento inaugurado no final dos anos 1930 foi a fábrica de sabão do engenheiro civil Adriano Brocos, instalada na rua da estação (SOUSA, 2005; 44-47).

Em relação às cidades circunvizinhas de Cajazeiras e Sousa, São João do Rio do Peixe era um núcleo urbano relativamente pequeno e tinha um fluxo de mercado bastante frágil. Para termos uma idéia, em 1920 o número de estabelecimentos comerciais nessa cidade eram de apenas 6, indo de encontro as duas primeiras que era em torno de 73 e 29 respectivamente⁹. A partir dos anos de 1925 já se confere mudanças significativas. Abriam-se farmácias, mercearias, bares e lojas. Uma que se destacava era a denominada *Casa Estrela*, um verdadeiro centro de lojas instaladas em um prédio com 12 portas, ocupando um quarteirão quase que completo no centro da cidade. Outras casas comerciais movimentavam o mercado da vila, oferecendo uma variedade de produtos. Entre essas, as *Casas Pernambucanas*, uma rede regional de lojas, que instalou uma filial no centro da cidade entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1940 (LEITÃO, 2000). Além de lojas, foram abertos também pequenos estabelecimentos voltados para o comércio de gêneros alimentícios e outros produtos. Dar-se conta também da presença de duas farmácias dois anos após a chegada do trem de ferro nesta vila (GUERRA, 1986).

As feiras semanais que se davam nos dias de domingo, iniciavam pela madrugada e adentravam a noite, se tornando no que muitos estudiosos afirmam ser um verdadeiro dia de festa. Esses eventos se fizeram muito mais forte no período de 1960-1980. Era uma festa porque os espaços onde se encontravam dispostas as

⁹ Há uma disparidade enorme entre os números de casas comerciais existentes em São João do Rio do Peixe e nas duas cidades adjacentes. Essa diferença nos informa o quanto era pequeno o comércio naquele núcleo urbano. Ver: www.ibge.gov.br

mercadorias tais como lonas estendidas ao chão, barracas de madeira, mercearias, todas elas se tornavam ambientes de encontro onde as pessoas socializavam suas experiências, encontravam amigos, obtinham informações e se divertiam.

Tanto foram os bons sinais que no final da década de 1970 já existiam três casas de créditos, Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica, situação que permaneceu poucos anos, instaurando uma recaída no comércio o que refletiu no fechamento dos dois últimos bancos nos anos 1980. Nos últimos anos ressurgiu o Bradesco e instalou-se uma casa lotérica, além do Multbank.



Imagem 03: Evento religioso ocorrido nos anos 1950. Ao fundo a estação ferroviária. Na margem direita a passagem do trem. (Fonte: Acervo do Sr. Antonio Nogueira. São J. R. do Peixe-PB)

Na fotografia acima temos em primeiro plano uma reunião de fiéis acompanha uma procissão da imagem de N. S. de Fátima montada num andor e acompanhada de crianças trajadas simbolicamente de anjos. O clérigo e outras autoridades, em uma posição que antecede a multidão, parecem abrir caminho se posicionando para a realização da fotografia. No centro uma pessoa exibe uma cruz formada por uma seta horizontal e na ponta de sua verticalidade aparece um galo artesanal. Trata-se de um evento religioso a que foi denominado de aposição do galo. Colocado em frente à capela de São Francisco, situada próxima a estação ferroviária. E em segundo plano, na margem direita, ver-se o trem no momento de sua passagem, aparecendo apenas parte do comboio. Nas janelas dos vagões os passageiros parecem acompanhar com os olhos a sucessão daqueles instantes festivos. Na estação, uma pequena aglomeração observa a passagem do comboio.

Esse momento nos permite pensar na influência que tinha o transporte ferroviário na vida da cidade. Os encantos e os sobressaltos manifestados nas narrativas dos nossos entrevistados quando relatam as suas experiências nas passagens e viagens

de trem evidenciam essa importância. As projeções do mecanismo principiadas pela fumaça da locomotiva parecem que vêm trazendo, cada vez que adentra a estação, na sua enigmática materialidade simbólica, um segredo onde encerra um mundo admirável. A fala da nossa entrevistada Aurília Breckenfeld lembra esses eventos: "... eita! O trem já vem! Aí de longe já avistava o tanto de fumaça. Aí ele chegava, chegando, chegando, chega dava aquela emoção. Era uma coisa linda que tinha". Esses efeitos se completam com os sons ecoados pela locomotiva e encontra no humano o poder efusivo de proclamar com eloqüência as miragens.

Evidentemente o trem promoveu mudanças significativas em toda a região. Ele favoreceu consideravelmente ao crescimento do comércio porque permitiu o transporte de mercadorias e pessoas às cidades do Estado do Ceará e da Paraíba. A partir dos anos de 1950 passou a funcionar um trem especial – o conhecido trem *Asa Branca* – com linhas semanais e viagens confortáveis de Fortaleza – CE ao Recife – PE e vice-versa. Essa linha permaneceu até o início dos anos 1980, quando foi retirada.

Entre crenças e práticas de cura

No Brasil até o final do século XIX não se podia professar outro credo em público se não o catolicismo. Assim, quase todas as povoações brasileiras nasceram sob o profundo domínio da doutrina cristã. Durante mais de quatro séculos as religiões indígenas e afrobrasileiras foram desrespeitadas, proibidas e condenadas a desaparecer. Por conta dessa imposição criou-se um imaginário de que essas práticas religiosas estariam associadas às práticas demoníacas.

São João do Rio do Peixe nasceu sob esse domínio. Tão forte era que a igreja Matriz sempre foi o prédio mais imponente do centro urbano, definindo o seu poder sobre a vida social dos habitantes. A devoção a Nossa S. do Rosário surge possivelmente ainda no Século XVIII quando Ignácio da Cunha, ao se ordenar construiu uma capela, "uma casa de orações", no terreno que recebera por doação do seu cunhado João Dantas Rothéa. Na segunda metade do século XIX foi erigida a Matriz do Rosário. (CARTAXO, 1975; 101-102).

Nas primeiras décadas do século XX, precisamente em 1924, foi fundada a Ordem Franciscana Secular e passou-se a celebrar o novenário de São Francisco de Assis. Com o crescente número de devotos achou-se necessário a construção de um santuário. Após a destruição do antigo cemitério e a construção de um novo campo santo afastado do centro da cidade, prática efetivada a partir das idéias médicas higienistas, ficando essa área abandonada, a diocese engendrou esforços no sentido de construir ali a capela tão desejada. Essa edificação, iniciada em 1941, fora concluída

três anos depois. Nas últimas quatro décadas essa festividade tornou-se um evento tradicional que recebe uma multidão de fieis de diferentes lugares.

Apesar da igreja católica tenha bastante domínio, principalmente no interior, no decorrer do século XX irá perder terreno para as igrejas protestantes. Em São João do Rio do Peixe a primeira igreja evangélica, a *Assembleia de Deus*, surge na década de 1940 sob a mira das críticas do catolicismo. Nos anos de 1970 é fundada a *Igreja Batista do Sétimo Dia* que posteriormente edifica o seu templo, fazendo crescer o número de sectários. Duas décadas depois é instituída uma nova igreja, A *Congregação das Testemunhas de Jeová*, juntando-se às missões evangelizadoras já existentes no município. Em 2004 firma-se, próximo ao fórum municipal, a *Igreja Evangélica Sertaneja*, oferecendo, logo de início, práticas educativas por meio de diferentes oficinas direcionadas principalmente às crianças e jovens. No ano de 2007 é a vez da *Congregação Israelita da Nova Aliança* que se estabelece em seu templo de orações à Rua Líbio Brasileiro.

Embora essas igrejas estejam mais concentradas no setor urbano, as suas missões permitiram uma verdadeira expansão para a zona rural do município, ação que refletiu no ganho de um considerável número de adeptos.

Ainda que predomine o cristianismo na região, outros credos são cultuados e se fazem aparecer, nas últimas décadas, com suas casas de orações por um fator preponderante: a consciência do direito e da liberdade que tem o cidadão de professar qualquer religião. Apesar de já existirem adeptos há muitos anos, somente há aproximadamente uma década é que foi fundado no município o espiritismo, contando atualmente com dois diferentes núcleos de culto. Com um relativo crescimento de prosélitos e a influência de grupos espíritas de cidades circunvizinhas no ano de 2000 é criado o primeiro Grupo espírita de São João do Rio do Peixe, *Os Sementeiros do Bem*. Em 2002 foi fundado o Grupo Espírita *Seara de Luz*, com sede no sítio Juazeirinho, distando aproximadamente 4 km ao leste da sede.

Outros cultos ressurgentes são as religiões afrobrasileiras. Condenadas ao anonimato durante quase cinco séculos e ainda hoje bastante discriminadas pela sociedade, os cultos ao Candomblé, à Jurema e à Umbanda, por exemplo, sofrem menos perseguição em relação à décadas anteriores. E isso somente acontece por força de lei. Trata-se de um movimento de luta no Brasil para que esse direito seja respeitado por todos. Parece-nos que é essa consciência que seus sectários persistem com a profissão de fé, resistindo a toda e qualquer ação preconceituosa destilada por muitos praticantes de outros credos. Mesmo sofrendo toda discriminação o Candomblé está presente em São João do Rio do Peixe desde a década de 1980 e conta com um razoável número de praticantes.

Ainda que se tenha um número predominante de gente católica praticante ou não, o município comporta uma diversidade religiosa que permite parcialmente a construção de uma idéia de equidade e o reconhecimento do direito de cada um, garantindo na prática o respeito a essa diversidade.

Para a maioria da população, numa cidade em que apenas dois ou três profissionais da saúde atuam, eram e/ou são Jesus, santos e Orixás que cura(va)m os “males do corpo”. As diferentes artes e técnicas de cura utilizadas, por mais rudimentares que fossem, funcionava em sua grande maioria. Principalmente na zona rural, o nascimento das crianças era acompanhado por parteiras, prática muitas vezes condenada pela medicina. Os recém-nascidos e até mesmo adultos eram sempre levados às residências das *rezadeiras* ou *benzedadeiras* quando apresentavam sinais de enfermidade. As rezas mais comuns, *mau olhado*, *vento caído*, *espinhela caída*, *nervo triado*, eram feitas por um número de vezes seguidas ou em dia da semana específico.

Era comum encontrar nos quintais das residências o cultivo de inúmeras plantas consideradas medicinais e que eram muito utilizadas na cura de enfermidades simples. Além disso, raízes, cascas e folhas de diversas árvores com propriedades curativas quando não encontradas no campo poderiam ser adquiridas nas feiras, ou nas bancas de Manoel do Óleo e/ou Zeca Inocência (CARTAXO, 1975, p. 139). Com tais substâncias eram preparados cuidadosamente banhos, compressas, chás, lambedores, purgantes e outras técnicas curativas. No entanto, hoje esses saberes são muito pouco respeitados pelo saber médico.

Já em 1925 existiam duas farmácias na cidade, as quais recebiam semanalmente a visita de um médico para consultas. Na década de 1960 surgiram duas casas de saúde particulares e nos anos de 1970 foi construído um hospital público, esse último hoje nas mãos da filantropia. Era uma medicina precária e incipiente que não conseguia atender a maioria. Com o novo sistema de saúde da família implantado pelo governo federal, foram criados seis postos médicos, sendo apenas um no setor urbano. Além disso, o poder público mantém um laboratório, uma farmácia básica e um ambulatório. O mercado privado dispõe na cidade de três laboratórios de análises clínicas e cinco drogarias.

O rio e a cidade: inseparáveis

Há quem diga que não há o que se falar de inundações, mas das secas sim, elas fizeram história na região. Não é verdade, não podemos negar que os espetáculos das águas do Rio do Peixe fizeram os habitantes da cidade e de suas margens tremerem e chorarem. Foi assim que as cheias de 1924, 1985, 2008, as maiores e mais avassaladoras, deixaram marcas profundas e inesquecíveis que permitem ser facilmente lembradas por uma memória coletiva.

Durante as enchentes a urbe ficava praticamente isolada das cidades adjacentes tais como Sousa e Cajazeiras com as quais mantinha e mantém fortes relações comerciais e culturais. De acordo com alguns de nossos entrevistados havia o serviço da canoagem.

Quando estava enchente era o maior sacrifício para ir. Quem tivesse a natureza e a coragem ia pela ponte da linha de ferro. Quem não tivesse, esperava a maçada do canoeiro. Vinha pegar a gente ali, na fazenda do major (Jacob Guilherme Frantz), para voltar lá detrás da igreja. (Leocádio Avelino)

Tinha a canoa. Antonio Varelo era quem era o canoeiro de passar o povo no rio. Depois veio a rodagem (Francisco Paizinho).

Às vezes o carro ficava do outro lado, o passageiro vinha no carro, resolvia os negócios aqui tudo, voltava e passava na balsa. Na cheia, e mesmo quando o rio não dava passagem, era na canoa. Só passava quando a água estava no Joelho, aí é que o povo passava, a pé (Orcina Pires).

A ponte Dom Moisés Coelho sobre o rio do peixe - ligando a sede às cidades de Marizópolis pela BR 405 e Cajazeiras pela PB 423 – foi construída em 1959. Essa obra acabou com a sufocante passagem durante as cheias, principalmente dos feirantes que precisavam transportar mercadorias, valendo-se da canoa de Antonio Varelo.

Enfim, de muitos canoeiros, escravos, mestres de obra, vaqueiros, roceiros, garis, coveiros, padres, vendedores, professores, rezadeiras, benzedadeiras, lavadeiras, costureiras, parteiras... e contadores de história e caso, senhores e senhoras da memória, a cidade foi sendo amada e odiada, vivida e fabricada, esquecida e lembrada em constante conflito consigo mesma porque há e sempre haverá um Icó-pequeno em cada curva do rio.

Fontes e Referências

ALEXANDRE, Francisco Alves. Entrevista concedida ao autor. São João do Rio do Peixe, 14 jan. 2005.

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1978.

CARTAXO, Otacílio. **Os caminhos geopolíticos da ribeira do Rio do Peixe**. João Pessoa: A UNIÃO, 1964.

CARTAXO, Rosilda. **Estrada das boiadas**: roteiro para São João do Rio do Peixe. João Pessoa: NOPIGRAL, 1975.

DANTAS, Aurílea Breckenfeld. **Entrevista concedida ao autor**. São João do Rio do Peixe, 28 abr. 2004.

DOSSIÊ DE AMBIÊNCIA. Município de São João do Rio do Peixe. Campina Grande: UFCG, 2004. 2 v.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio século XXI**. Editora Nova Fronteira, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades@**: São João do Rio do Peixe. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 23-24 jan. 2014

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: A UNIÃO, 1978.

MILFONT, Orcina Pires. **Entrevista concedida ao autor**. São João do Rio do Peixe, 8 set. 2004.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. pp. 99-112

NASCIMENTO, Leocádio Avelino do. **Entrevista concedida ao autor**. São João do Rio do Peixe, 12 dez. 2004.

PEREIRA, Francisco Alves. **Entrevista concedida ao autor**. São João do Rio do Peixe, 7 maio 2004.

PIRES, Pe. Heliodoro. **Padre Mestre Inácio Rolim**: um trecho da colonização do norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim. 2 ed. Gráfica Editora Grupo Claudino, 1991.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In.: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. pp. 39-62

SOUSA, Rivaldo Amador de. **As vertigens do progresso**: o trem e outros signos do moderno em São João do Rio do Peixe (1918-1964). Monografia (Especialização em teoria e metodologia da história). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras – PB, 2005.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. 1982. Coleção mossoroense V. CCXLV.

FORMATO *A4*
TIPOLOGIA *Arial*
PAPEL *Offset*
Nº DE PÁG. *97*

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- EDUFCG

